

A Semântica dos Conceitos de Loparic relativa à *Crítica da Razão Pura* de Kant: Exposição, Críticas e Proposições (Parte 2)

[Loparic's Semantics of Concepts on Kant's *Critique of Pure Reason*: Exposition, Critiques and Propositions (2nd Part)]

Luís Eduardo Ramos de Souza*

Resumo: A primeira parte deste artigo fez a exposição geral da concepção de Loparic (2000) sobre a semântica dos conceitos de Kant, na *Crítica da razão pura*, e realizou a sua recepção crítica sob três aspectos principais: I) a uniformização da nomenclatura dos conceitos em geral; II) a definição dos conceitos de percepção; III) classificação dos conceitos preenchíveis e não preenchíveis. Por sua vez, esta segunda parte do texto visa completar a análise crítica da interpretação de Loparic relativa ao ponto (III), acima, bem como apresentar um exame propositivo do último tópico, de acordo com uma perspectiva metalinguística, relativo à (IV) reformulação da classificação da semântica dos conceitos em Loparic.

Palavras-chave: Semântica Transcendental. Semântica dos conceitos. Lógica. Ciências Formais. Metalinguagem.

Abstract: The first part of this article made a general exposition of Loparic's conception (2000) about the semantics of Kant's concepts, in the *Critique of pure reason*, and carried out its critical reception under three main aspects: I) the standardization of the nomenclature of the concepts in general; II) the definition of the concepts of perception; III) classification of fillable and non-fillable concepts. In turn, this second part of the text aims to complete the critical analysis of Loparic's interpretation related to point (III), above, as well as to present a assertive examination of the last topic, according to a metalinguistic perspective, related to (IV) reformulation of the semantic classification of concepts in Loparic.

Keywords: Transcendental Semantics. Semantics of Concepts. Logic. Formal Sciences. Metalanguage.

*Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: shuniatta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6748-5933>.

2º) *A relação problemática da semântica categorial às demais semânticas dos conceitos*

Como se observou acima, Loparic, seguindo os passos de Kant, compreende que a semântica categorial, junto com a semântica matemática, está incluída na classe da semântica transcendental formal (ver *Quadro 3*). Em seguida, ele exclui desta última classe a semântica categorial, porque os seus objetos – i. e., os esquemas – não são objetos, propriamente ditos. Tal interpretação de Loparic sobre a semântica das categorias de Kant revela uma dificuldade teórica – talvez de ambos os autores – de entender adequadamente a natureza da semântica categorial e a sua relação as outras semânticas dos conceitos. Sobre este problema podem-se fazer três comentários críticos: A) o problema da definição da semântica das categorias; B) a possível natureza metateórica e funcional da semântica categorial; C) a relação metateórica da semântica categorial as demais semânticas dos conceitos.

A) *O problema da definição da semântica das categorias.* Este problema foi apenas mencionado acima (nota de rodapé n. 21), por ocasião da *Definição 4*, e será agora analisado mais detidamente. Com efeito, a *Definição 4* trata dos conceitos preenchíveis em geral e foi tomada como base para incluir nela também a definição da semântica das categorias, uma vez que estas têm por referência uma classe especial de objetos, os esquemas. Apenas para facilitar, segue abaixo, novamente, a referida Definição:

Definição 4 - Conceito preenchível em geral:

Um conceito é preenchível em geral, se satisfaz ao menos uma das seguintes condições:

- (i) tem referência na intuição *pura*;
- (ii) tem referência na intuição *empírica*.

De acordo com a *Definição 4*, um conceito é preenchível se os seus referentes ocorrem na intuição pura ou empírica (esta disjunção ‘ou’ é inclusiva ou fraca, pois admite ambos os disjuntos). A finalidade desta definição é excluir a semântica dos conceitos transcendentais (metafísicos, numênicos, “abstratos”¹) e definir rigorosamente tão somente a semântica dos conceitos preenchíveis (categorias, matemáticos, físicos, empíricos). A *Definição 4* é satisfeita perfeitamente pelos três últimos exemplos de conceitos preenchíveis (matemáticos,

¹ A inclusão dos objetos abstratos da lógica na classe dos conceitos é problemática, tal se indicou, nesta Conclusão, anteriormente (tópico III-1, *Tese 3*) e também será destacado à frente (tópico IV).

físicos, empíricos), mas gera uma dúvida se é satisfeita também pelo primeiro exemplo de conceitos preenchíveis, as categorias. A dúvida surge pelo fato de que as categorias devem satisfazer unicamente a condição (i) da *Definição 4* – i. e., seus referentes são dados na intuição pura; porém, isso é problemático porque significa que os esquemas seriam construtíveis (i. e., redutíveis a construtos), embora Kant não pareça entender a questão deste modo, uma vez que reconhece que os esquemas são, na verdade, a condição de possibilidade dos próprios construtos.

Do ponto de vista de Kant, significa dizer que os esquemas são objetos formais e não construtíveis, na medida em que ocorrem na forma do tempo, mas não são redutíveis a construtos formais, pois são a condição de possibilidade destes. Assim concebidos, os esquemas são objetos realmente enigmáticos, sendo ‘meio formais’ ou ‘meio construtíveis’, os quais, historicamente, não alcançaram uma recepção e interpretação adequada para um desenvolvimento profícuo destas ideias na ciência e na filosofia².

Loparic parece reconhecer, implicitamente, este problema, uma vez que assume nesta matéria uma posição duplamente paradoxal. De um lado, ao incluir problematicamente a semântica das categorias na semântica transcendental (i. e., dos conceitos preenchíveis) – mesmo sabendo que os seus referentes não são preenchidos adequadamente. De outro, ao afirmar que os esquemas são ‘objetos que não são objetos, propriamente ditos’ (*STK*, p. 174). Segundo a sua visão, isso significa que as categorias não satisfazem qualquer uma das duas condições da *Definição 4*, na medida em que elas não têm referência, quer na intuição *a priori* ou *a posteriori* – embora Loparic reconheça que os seus referentes (os esquemas) ocorram na intuição pura do tempo – tal como diz Kant. Além disso, mesmo admitindo o caráter temporal dos esquemas, permanece a dificuldade teórica em Loparic, ao seguir a teoria do esquematismo de Kant, pois entende que as categorias são conceitos preenchíveis (ou possíveis) na intuição pura do tempo, mas, ao mesmo tempo, paradoxalmente, elas não têm objetos ou referentes, propriamente ditos.

Portanto, de acordo com a teoria do esquematismo de Kant, pode-se concluir

²O jovem Heidegger – que subscreve a tese de Kant sobre a preeminência do tempo sobre o espaço ao conceber que o tempo é o sentido do ser e a temporalidade o sentido do *Dasein* (*Ser e tempo*, §§ 5-8) – compreende a teoria do esquematismo de Kant a título do próprio princípio da transcendência, visto como a condição de possibilidade dos três modos do tempo (passado, presente e futuro) e do próprio princípio da intencionalidade pressuposto no método fenomenológico (*Kant e o problema da metafísica*, § 21). A esse respeito ver também Souza, 2007.

o seguinte acerca da *Definição 4*. A sua condição (i) é insustentável por duas razões: de uma parte, porque Kant não admite a redução dos esquemas aos construtos matemáticos, afinal – por raciocínio ao absurdo – se isso fosse possível, então seria desnecessário postular dois conceitos distintos, os esquemas e os construtos, pois o primeiro seria simplesmente redutível ao segundo; de outra parte, porque gera o paradoxo, indicado na interpretação de Loparic, de que os esquemas ‘são objetos que não são objetos, propriamente ditos’.

Face a estes problemas destacados acima, será argumentado aqui que a *Definição 4* pode ser usada para definir adequadamente a semântica das categorias, muito embora isso pareça implicar na necessidade de extrapolar, em certo sentido, os limites teóricos em que Loparic e Kant conceberam a questão. Conforme a *Definição 4*, os esquemas são objetos que satisfazem a condição (i) à medida que são dados na intuição pura, de modo que o problema que resta esclarecer é apenas o de saber se os esquemas são *construtíveis* ou não na intuição pura. Com efeito: (I) Se os esquemas são construtíveis na intuição pura do tempo, então são redutíveis a construtos matemáticos ou lógicos (p. ex., os objetos algébricos ou lógicos), o que, obviamente não parece ser a visão de Kant, no que lhe segue Loparic³. (II) Se os esquemas não são construtíveis na intuição pura do tempo, então eles são objetos de uma natureza distinta dos construtos em geral – o que está de acordo com a visão de Kant –, porém, isso gera a situação paradoxal indicada na interpretação de Loparic, na medida em que este reconheceu que os esquemas estão no tempo, mas não são construtíveis no tempo (i. e., ‘são objetos que não são objetos, propriamente ditos’).

Portanto, diante destas duas alternativas problemáticas e paradoxais sobre a concepção dos esquemas, a *Definição 4* assume, em certo sentido, uma combinação destas duas posições: de um lado, os esquemas são objetos construtíveis na intuição pura⁴ (i. e., satisfazem a condição ‘i’); de outro, são de natureza distinta dos demais objetos (matemáticos, lógicos, físicos, empíricos) – conforme indicam Kant e Loparic –, porém em um sentido diferentes de ambos os autores. O melhor esclarecimento destes dois pontos será dado nos dois próximos tópicos – (B) e (C).

³Todavia, convém notar que é perfeitamente possível reduzir os esquemas a construtos em pelo menos dois casos, a saber: os esquemas da *série* e da *ordem* do tempo (concernentes às categorias da quantidade e da relação, respectivamente), uma vez que ambos podem ser, em princípio, formalizáveis pelo conceito lógico de *sequente*.

⁴Por questão de economia, deixar-se-á de lado, neste trabalho, o problema de saber se os esquemas são dados na intuição pura do tempo e/ou do espaço, bem como se é realmente necessário (ou em que sentido seria) pressupor a intuição pura para a construção dos objetos formais (lógicos e matemáticos), incluindo aí os próprios esquemas.

B) A possível natureza metateórica e funcional da semântica categorial. É natural o caráter paradoxal dos esquemas, tal como observado por Loparic, na medida em que são objetos dados na intuição pura do tempo, mas não são construtíveis na intuição pura como o são os objetos matemáticos, de modo que os esquemas são, como se disse, objetos ‘meio construtíveis’ ou ‘meio formais’. Caso os esquemas fossem redutíveis a meros construtos matemáticos – como se argumentou por absurdo –, não seria necessário concebê-los como uma classe especial de objetos.

Ao formular a sua teoria do esquematismo, o próprio Kant a envolve em uma áurea de ‘mistério insondável à mente humana’ (KrV, B 180-1), embora defina, em linhas gerais, duas condições essenciais sobre a natureza dos esquemas, a saber: (i) a sua natureza *temporal*, pois são dados na intuição pura do tempo, e não do espaço; (ii) a sua natureza *dual*, no sentido de cumprirem a dupla função de pensamento e intuição⁵. Neste caso, a condição (i) parece ter a intenção de afirmar o caráter estritamente interno dos esquemas e afastar assim a possibilidade de eles serem dados como objetos no espaço externo. A condição (ii) indica mais claramente a função mediadora que os esquemas cumprem entre o entendimento e a sensibilidade.

Conforme uma interpretação formal – que está além dos limites teóricos concebidos por Kant e Loparic –, pode-se dizer que estas duas condições gerais da definição de Kant sobre a natureza dos esquemas podem ser interpretadas do seguinte modo: a condição (i) indica o caráter *metateórico* dos esquemas, ao passo que a condição (ii) a sua função *relacional*. Segue-se um breve comentário sobre estas duas condições.

O caráter metateórico dos esquemas. Esta concepção tem em vista oferecer uma visão menos misteriosa acerca deles e fixar-lhes um conceito mais construtivista em termos formais. Com efeito, segundo uma visão formal, pode-se definir os esquemas a título de construtos metateóricos pertencentes a um nível superior de linguagem, chamada de metalinguagem, a qual é, neste caso, estabelecida no próprio sistema da filosofia transcendental de Kant. A concepção dos esquemas como construtos metateóricos resolve os dois problemas acima discutidos acerca da sua natureza. Problema um: pode-se interpretar que, quando Kant afirma que os esquemas são objetos formais apenas tempo-

⁵Este caráter dual dos esquemas pode implicar em um problema de regressão ao infinito (ver Souza, 2017, p. 82).

rais, isso significa apenas dizer, em termos formais, que eles são de natureza *metateórica* e superior, definidos em nível de metalinguagem, não sendo, portanto, de natureza teórica e inferior em nível da linguagem-objeto. Problema dois: enquanto objetos metateóricos, os esquemas são *construtos* formais perfeitamente definidos segundo *regras metalinguísticas*, o que é uma interpretação que supera o paradoxo de Loparic de que os esquemas são ‘objetos que não são objetos’ – i. e., construtos que não são construtos.

A função relacional dos esquemas. Esta concepção tem a vantagem de esclarecer o outro aspecto enigmático sobre eles, que Kant chamou a atenção, relativo a sua natureza dual (pensamento-intuição). Com efeito, em termos formais, o aspecto relacional dos esquemas significa que eles desempenham o papel de uma *relação* – talvez uma *aplicação* ou *função* – que associa dois sistemas de conceitos e princípios, a saber: o sistema do entendimento e o sistema da sensibilidade. Não é novidade indicar este caráter relacional dos esquemas entre o entendimento e a sensibilidade, pois isso é claramente destacado por Kant, na *CRPu*. A novidade aqui consiste em oferecer apenas uma interpretação formal desta relação entendimento-sensibilidade no contexto da semântica dos conceitos de Kant. Nos termos semânticos aqui propostos, o significado disso é que, enquanto conceitos metateóricos definidos em termos metalinguísticos, os esquemas estabelecem a ligação formal entre o sistema dos conceitos formulados em nível de metalinguagem e o sistema dos objetos definidos em nível de linguagem-objeto.

Em termos simbólicos, pode-se dizer que, em última instância, os esquemas representam a seta (“→”) de todas as aplicações da semântica dos conceitos, indicadas acima, cuja forma geral é: $Sx: Cx \rightarrow Dx$ (*Definição 1*) Nesta interpretação formal, a misteriosa natureza ‘dual’ dos esquemas, apontada por Kant, consiste meramente em eles serem concebidos como o elemento de ligação formal entre um domínio (o sistema Cx) e um contradomínio (o sistema Dx). O símbolo da seta (“→”) representa, de modo geral, uma simples relação (que pode ser uma aplicação ou função) entre os dois sistemas, sendo tal relação *variável* de diversos modos possíveis – o que equivale, na teoria do esquematismo de Kant, às funções das várias espécies de esquemas da imaginação, cujos principais são os esquemas da série, do conteúdo, da ordem e do conjunto do tempo. Obviamente, para dar maior precisão formal à relação metalinguística entre Cx e Dx , é necessário ainda aperfeiçoar a notação simbólica acima para distinguir nível metateórico de Cx e o nível teórico de Dx , bem como a relação ‘esquemática’ entre eles indicada pela seta (“→”). Como esta tarefa formal

envolve vários detalhes técnicos, cuja exposição extrapolariam os limites deste trabalho, será fornecido apenas o seu esboço geral no próximo tópico.

C) Relação metateórica da semântica categorial as demais semânticas dos conceitos. Conforme a interpretação formal aqui proposta, no caso da semântica dos conceitos preenchíveis *a priori*, pode-se dizer que tanto os esquemas como também, de modo geral, todo sistema teórico da *CRPu* de Kant pode ser visto como um sistema metalinguístico relativamente a todos os demais sistemas das ciências em geral, os quais são postos em nível de linguagem-objeto. De um lado, em nível de metalinguagem, são de ordem superior os seguintes elementos da semântica dos conceitos preenchíveis *a priori* de Kant: todas as regras de formação de conceitos (categoriais, análise, síntese, comparação, abstração, reflexão, etc.) e todos os esquemas relacionais. De outro, em nível de linguagem-objeto, são de ordem inferior os seguintes conceitos científicos: das ciências formais (matemáticos e lógicos) e das ciências empíricas (física, química, computação, neurociência, etc.).

Em linhas gerais, segundo tal interpretação, a semântica dos conceitos preenchíveis *a priori* de Kant estabelece regras metalinguísticas gerais para a formação e aplicação de conceitos em geral, cuja instanciação dos mesmos ocorre em nível de linguagem-objeto por meio dos conceitos científicos em geral. A regra geral da semântica dos conceitos preenchíveis *a priori*, estabelecida em nível metalinguístico, afirma que todo conceito deve ter um referente (não vazio) na intuição em geral (pura ou empírica)⁶. Em nível de linguagem-objeto isso significa que todos os conceitos científicos em geral (formais e empíricos) devem satisfazer tal regra geral para que cumpram o critério de uma semântica preenchível.

Em termos semânticos, tal relação metateórica entre a filosofia transcendental e as ciências em geral pode ser vista, no contexto da filosofia teórica de Kant, como a diferença entre o conceito de verdade transcendental e o de verdade empírica. Com efeito, pode-se dizer que a verdade transcendental estabelece apenas um conceito geral da verdade estabelecido em nível metalinguístico, cuja instanciação do mesmo se dá em nível de linguagem-objeto por meio do conceito de verdade científica em geral (quer empírica ou formal). Obviamente, o esclarecimento mais rigoroso de tal distinção conceitual depende da defini-

⁶Esta regra é baseada no método analítico e sintético, usado por Kant na *CRPu*, reformulado por ele em termos de exposição metafísica e transcendental, respectivamente. Sobre o método analítico-sintético em Kant, ver Loparic (2000, Cap. 2).

ção prévia e mais rigorosa das condições formais e materiais da verdade, tal como, em certo sentido, o faz Loparic, em *STK*. Com efeito, ao analisar o conceito de verdade na *CRPu* de Kant, tendo em vista o problema geral da *CRPu*, Loparic distingue, em *STK* (p. 20 ss.), uma condição formal (o princípio da não-contradição) e duas condições semânticas ou materiais (a referência dos conceitos e dos juízos)⁷.

Todavia, em termos formais, conforme a linha de interpretação metateórica aqui proposta, é possível cotejar criticamente tal concepção de Loparic sob duas linhas de pensamento diferentes, uma mais incisiva e outra mais conciliatória. Na primeira linha de análise, mais incisiva, é necessário reformular tal visão de Loparic sobre as condições formais e materiais da verdade em pelo menos dois sentidos, a partir da comparação destes dois conceitos, vistos em Tarski. De um lado, quanto às condições formais, convém supor que alguns princípios lógicos (tal como o da não-contradição) podem ser admitidos em nível de metalinguagem e de linguagem-objeto – o que equivale a dizer, segundo a terminologia usada por Loparic, que tais princípios podem ser válidos em termos formais e semânticos, e não ter somente validade formal, como ele pressupôs. De outro lado, quanto às condições materiais, elas apenas definem de modo genérico o conceito semântico da verdade a título de “concordância de um conhecimento com o seu objeto” (KrV, B 83), como diz Kant – o que implica em dizer, contrariamente à interpretação de Loparic, que as suas duas condições semânticas são, na verdade, de natureza formal e não material⁸.

Na segunda linha de análise da visão de Loparic, mais conciliatória, pode-se interpretar que todas as suas condições formais e semânticas acerca da *CRPu*, tal como distinguidas em *STK*, podem ser vistas como de natureza metalinguística para definir o conceito de verdade transcendental, ao passo que todas as demais condições empíricas definidas pelas ciências particulares são de natureza da linguagem-objeto para definir o conceito de verdade empírica. Todavia, esta última linha de interpretação sobre a *STK*, ainda que mais próxima da que foi aqui proposta, extrapola, evidentemente, os limites teóricos em que Loparic e Kant conceberam o problema semântico.

⁷ Ao que parece, Loparic segue, em *STK*, implicitamente, a distinção semântica de Tarski (2007 [1931]) entre as condições formais e materiais (semânticas) da verdade, embora o faça em sentido bastante diverso, sem distinguir adequadamente os diferentes níveis de linguagem nele envolvidos.

⁸ Evidentemente, o maior aprofundamento e esclarecimento desta temática exige um espaço maior que, por questão de delimitação, será deixado para um momento posterior. No entanto, algumas reflexões sobre este tema podem ser vistas em Souza (2011).

IV. A reformulação da classificação da semântica dos conceitos em Loparic

Para finalizar este comentário crítico e propositivo sobre a *STK*, de Loparic, convém, inicialmente, recordar que um dos objetivos da proposição da *Tese 3*, desta Conclusão (tópico III-1), foi argumentar que as proposições da lógica são preenchíveis *a priori*, tal como o são as proposições da matemática e da física. Obviamente, a admissão destas Teses implica que a classificação das proposições preenchíveis *a priori*, propostas por Loparic (ver *Quadro 3, 4, 6 e 7*), é passível de alterações, conforme se tenha em vista a validade destas teses.

Contudo, a reformulação da classificação da semântica dos conceitos, feita por Loparic, pode-se ser compreendida de dois modos diferentes, conforme se considere, ou não, a hipótese metalinguística da *CRPu* em relação às ciências – tal como indicada, acima, na Conclusão (tópico III-2-B/C). Por questão didática, tais modos distintos de se considerar essa questão podem ser assim divididos: (1ª) A reformulação da semântica dos conceitos em Loparic do ponto de vista linguístico; (2º) A reformulação da semântica dos conceitos em Loparic do ponto de vista metalinguístico.

(1ª) A reformulação da semântica dos conceitos em Loparic do ponto de vista linguístico

De acordo com este primeiro modo de reformulação da semântica dos conceitos de Loparic, em *STK* – o qual segue muito de perto a visão do próprio Kant, na *CRPu* –, é suficiente reconsiderar o lugar que a lógica ocupa como uma ciência formal. A diferença interpretativa aqui proposta é que o conceito da lógica como ciência seja revisto, tanto em Kant como em Loparic, no sentido de que o seu conceito seja definido como uma ciência formal com o mesmo estatuto epistemológico da matemática, isto é, que ambas sejam vistas em duplo sentido, tanto como uma ciência formal pura (que se ocupa só de formas) quanto também como uma ciência formal aplicada (com interpretações possíveis).

Com efeito, conforme a *Tese 3* (a lógica é uma ciência pura e aplicada) e a *Tese 2* (a física é uma ciência pura e aplicada), isso leva a uma alteração no *Quadro 3* (semântica dos conceitos preenchíveis em geral), no *Quadro 4* (semântica dos conceitos preenchíveis *a priori*) e no *Quadro 6 e 7* (quadro geral das semânticas preenchíveis e não preenchíveis). Em linhas gerais, a principal alteração a ser feita em todos estes *Quadros* é basicamente incluir, na semântica

transcendental de Kant e Loparic, de um lado, na parte da semântica formal, a lógica pura e a física pura junto à matemática pura, e de outro, na parte da semântica material, incluir a matemática aplicada e a lógica aplicada junto à física aplicada.

Antes de prosseguir e com a pressuposição da *Tese 3*, convém chamar a atenção a dois problemas interpretativos que requerem uma tomada de posição prévia para se reformular a classificação da semântica dos conceitos de Loparic, em *STK*. O primeiro diz respeito às ciências formais e consiste em saber se a matemática se reduz ao estatuto epistemológico da lógica ou, ao contrário, se a lógica se reduz ao estatuto da matemática. O segundo refere-se às ciências empíricas e consiste em avaliar a sua relação aos demais conhecimentos empíricos, isto é, às percepções subjetivas em geral (as sensações e os conceitos de percepção). Por questão de ordem, estes dois pontos serão apresentados separadamente e depois reunidos ao final.

A) *Reformulação da classificação das ciências formais em Loparic*. A partir da *Tese 3*, ao refletir-se sobre o estatuto científico das ciências formais, é preciso decidir sobre dois caminhos possíveis quanto à relação entre a lógica e a matemática, sob o pano de fundo da filosofia teórica de Kant, a saber: ou reduz-se a matemática ao estatuto da lógica como uma ciência transcendente que trata só de formas, ou reduz-se a lógica ao estatuto da matemática como uma ciência transcendental que possui forma e conteúdo. Ora, dado que a *Tese 1* e *3* estabeleceu, dentro do próprio contexto da filosofia teórica de Kant, ser possível definir que o estatuto da lógica e da matemática são idênticos a título de ciências formais em sentido forte e fraco – i. e., pura e aplicada – e, então é possível defender uma posição conciliatória do seguinte modo: de um lado, adota-se a primeira alternativa de considerar como transcendentais tais ciências formais em seu sentido fraco e, de outro, assume-se que elas são ciências formais transcendentais em seu sentido forte. Esta solução conciliatória evita (ao mesmo tempo em que se posiciona) o problema do construtivismo metafísico de Kant, segundo o qual as ciências formais, em particular a matemática, são transcendentais à medida que reproduzem os seus construtos nas formas do espaço e do tempo. Embora tal perspectiva seja em certo sentido defensável do ponto de vista metafísico, todavia ela não é estritamente necessária do ponto de vista epistemológico, uma vez que, neste último caso, prevalece um interesse pragmático do conhecimento científico para o qual é suficiente decidir se um dado sistema teórico e/ou conceitual é interpretado (ou ‘transcendental’) ou não é interpretado (ou ‘transcendente’), sem levar em conta a perspectiva metafísica

do construtivismo de Kant sobre as intuições do espaço e do tempo⁹.

Tendo isso em vista e para continuar empregando a terminologia de Kant, reproduzida por Loparic, pode-se dizer que, de acordo com a *Tese 1* e *3*, as ciências formais (matemática e lógica) admitem duplamente um conceito transcendente (i. e., fraco, sintático ou não interpretado) e um conceito transcendental (i. e., forte, sintático-semântico ou interpretado) – deixando aqui de fora a discussão sobre o construtivismo metafísico de Kant nas intuições puras do espaço e do tempo. Ao avaliar-se a reformulação possível da classificação da semântica dos conceitos, do ponto de vista das ciências formais, é necessário remeter-se ao *Quadro 5*, acima, que mostra a divisão da semântica transcendente dos conceitos vazios, onde tais ciências estão presentes, segundo a visão de Loparic.

Por conseguinte, o conceito transcendente ou fraco das ciências não pertence à semântica dos conceitos preenchíveis, nem à semântica transcendental e nem à semântica empírica. O seu lugar correto na classificação geral das semânticas em geral é na classe da semântica transcendente, mais precisamente, dentro da classe da semântica abstrata, e ao lado da semântica metafísica (que inclui aqui a semântica numênica e ideativa). Ora, a classe da semântica abstrata inclui todas as ciências em geral que não possuem interpretação ou referência empírica, isto é, todas as ciências baseadas na construção de um sistema sintático (*a priori*), mas que não possui um correspondente sistema semântico baseado na experiência possível – o que não inclui aí somente a lógica, tal como pressuposto tradicionalmente pela tese K-L. Na classe da semântica transcendente estão incluídas, por exemplo, a matemática pura, a lógica pura, a física pura e todas as demais ciências puras que satisfazem apenas o conceito fraco de ciência, isto é, das ciências formais não interpretadas ou meramente sintáticas.

Tomando ainda por base a classificação geral da semântica dos conceitos não-preenchíveis de Loparic (*Quadro 5*), pode-se agora reformulá-la para dividir a sua semântica transcendente em três classes principais: a semântica das ciências formais puras, a semântica das ciências empíricas puras e a semântica das filosofias puras. A primeira é constituída pelas ciências formais puras não interpretadas e subdividida em matemática pura e lógica pura; a segunda é cons-

⁹Sobre o construtivismo de Kant nas ciências formais, consultar Lorenzo (1992), que o caracteriza como sendo representacional (construção de figuras ou regras de construção), esquemático (classe de operações que geram tais representações) e intuitivo (o objeto construído pelos esquemas tem referência nas intuições puras do espaço e do tempo) (1992, p. 169-172).

tituída pelas ciências empíricas puras sem interpretação empírica, cujo exemplo clássico é a física pura (quer expressa em linguagem natural ou formal); a terceira é formada pelas metafísicas puras e especulativas, que extrapolam todo o domínio da experiência possível. Com base nisso, a seguinte alteração pode ser feita no *Quadro 5.1*, abaixo, referente à semântica dos conceitos não preenchíveis), de Loparic (*STK*):

SEMÂNTICA TRANSCENDENTE DOS CONCEITOS PUROS EM GERAL (SEMÂNTICAS PURAS)						
SEMÂNTICAS			SENTIDO	REFERÊNCIA	CONCEITOS	
VAZIAS OU ABSTRATAS (Sv)	CIÊNCIAS FORMAIS PURAS	Matemática Pura	Sistemas Matemáticos Puros	Vazios (Dv)	Formais	MATEMÁTICOS
		Lógica Pura	Sistemas Lógicos Puros	Vazios (Dv)	Formais	LÓGICOS
	CIÊNCIAS EMPÍRICAS PURAS	Física Pura	Sistemas Físicos Puros	Vazios (Dv)	Formais e Materiais	FÍSICOS
	FILOSOFIAS PURAS	Metafísica Transcendente	Sistemas Filosóficos Puros (Cs)	Vazios (Dv)		METAFÍSICOS

Quadro 5.1

Reformulação do *Quadro 5*, com a divisão da semântica transcendente (vazia ou abstrata) em ciências formais puras, ciências empíricas puras e filosofias puras, no interior das quais estão incluídas suas divisões puras principais.

Como se pode ver, no *Quadro 5.1*, todas as semânticas dos conceitos não preenchíveis têm a mesma referência vazia (Dv). Isso significa que todos os conhecimentos puros em geral – quer das ciências formais, empíricas ou filosóficas – são sistemas de conceitos não interpretados ou sem validade empírica.

A) *Reformulação da classificação das ciências empíricas em Loparic.* Quanto os conhecimentos empíricos em geral, reaparece aqui o problema da delimitação precisa das suas várias espécies, tais como os conceitos de experiência, os conceitos de percepção e as sensações. Esta dificuldade já foi apontada, acima, em Loparic, ao notar-se que ele revela algumas imprecisões conceituais nesta matéria ao distinguir a semântica intuitiva, a semântica dos fenômenos e

a semântica dos aparecimentos (ver Conclusão, tópico II). A raiz desta dificuldade remonta talvez ao próprio Kant, ao menos por duas razões. De um lado, porque, na *CRPu* (B 11-4), ao tratar dos juízos sintéticos, ele indica explicitamente apenas os juízos de experiência e deixa subentendido aí outra espécie de juízos empíricos, sendo somente nos *Prolegômenos* (A, § 18) que ele os nomeia e os distingue explicitamente como os juízos de experiência e os juízos de percepção¹⁰. De outro, porque ele, na *CRPu* (B 376-7), divide as percepções conscientes em sensações e conhecimentos, estes últimos em intuição e conceitos e, por fim, estes últimos em conceitos empíricos e puros. Ora, tal divisão geral das percepções conscientes tem a vantagem de oferecer duas classes de percepções empíricas (as sensações e os conceitos empíricos), mas tem a desvantagem de não dividir a classe dos conceitos empíricos, que provavelmente seria em conceitos de experiência e conceitos de percepção, os quais servirão de base, segundo o princípio da composicionalidade, para a formação dos juízos de experiência e os juízos de percepção¹¹.

Tal como ocorreu com as ciências formais, também nas ciências empíricas há dois caminhos interpretativos sobre o lugar que o conhecimento empírico em geral deve ocupar em relação à filosofia transcendental, a saber: ou a filosofia transcendental inclui somente uma espécie de saber empírico (no caso, o das ciências empíricas) e exclui os demais saberes empíricos (como das percepções e das sensações), ou a filosofia transcendental inclui o saber empírico em geral (e não somente o conhecimento empírico científico). É comumente sabido, tal como destaca Loparic, que Kant opta pela primeira alternativa com a justificativa geral de que a filosofia transcendental se limita à investigação das condições *a priori* do conhecimento científico, o que exclui assim a investiga-

¹⁰ Nesta explicação é suposto o princípio da composicionalidade entre os conceitos e juízos (ver pag. 3).

¹¹ Apenas a título de informação, segundo Kant, na *CRPu* (B 376-7), as sensações e os conceitos empíricos têm em comum o fato de se basearem em sensações e se distinguem pelo fato de as primeiras serem subjetivas e os segundos objetivos. Já nos *Proleg.* (A, § 18), ele distingue de modo similar os juízos de experiência e os de percepção como sendo objetivos e subjetivos, respectivamente. Tendo em vista o princípio de composicionalidade entre os conceitos e os juízos, então há uma aparente repetição de características distintivas nestas duas passagens, pois, na *CRPu*, Kant diz que os conceitos empíricos são objetivos e, nos *Proleg.*, é suposto na classe de tais juízos (e conceitos) empíricos, novamente, uma divisão entre os juízos/conceitos objetivos (ligados aos juízos de experiência) e conceitos subjetivos (ligados aos juízos de percepção). Nestas referidas passagens, note-se também a repetição da característica do subjetivo tanto para as sensações como os conceitos de percepção. Todavia, tal aparente tensão conceitual pode ser contornada do seguinte modo. Quanto ao termo objetivo que aparece como característica dos conceitos empíricos (*CRPu*) e dos juízos/conceitos de experiência (*Proleg.*), isso significa que o primeiro sentido de objetivo (dos conceitos empíricos) é que ele é compartilhável em linguagem natural com outros sujeitos, ao passo que o segundo sentido de objetivo (dos juízos/conceitos de experiência) é que ele é compartilhável de um modo específico em linguagem formal-empírica. Quanto ao termo subjetivo que aparece como característica das sensações e dos conceitos de percepção, isso significa que o primeiro sentido de subjetivo (as sensações, na *CRPu*) tem o seu objeto não compartilhável com outros sujeitos e é de ordem individual (tal como ocorre com os *qualia*, na filosofia da mente), ao passo que o segundo sentido de subjetivo (os conceitos de percepção, nos *Proleg.*) tem o seu objeto compartilhável com outros sujeitos, embora ambos sejam elaborados em uma linguagem natural e não formal. Tal interpretação será novamente justificada, segundo outra abordagem, no corpo do texto, até o final desta conclusão.

ção das outras espécies de saberes empíricos (as sensações e as percepções) por serem de caráter empírico (*a posteriori*), contingente e psicológico. Todavia, embora menos comum, a segunda alternativa foi também investigada na história da filosofia, como por exemplo, por Heidegger, que, em sua interpretação ontológica da *CRPu*, visou completar a filosofia transcendental de Kant com os elementos *a priori* de caráter existencial, indo assim além dos elementos *a priori* de caráter meramente epistemológicos. Por questão de ordem, estas duas alternativas são refletidas criticamente abaixo.

ALTERNATIVA 1: *A semântica dos conceitos empíricos da filosofia transcendental é de caráter epistemológico (ciências naturais)*. Em *STK*, Loparic declara-se um epistemólogo que defende a tese heurística do conhecimento que remonta à filosofia analítica de Carnap e Mach (p. 1-7). Além disso, ele adota implicitamente a tese epistemológica dos neokantianos sobre a *CRPu* de Kant, no sentido de reconhecer que a filosofia transcendental de Kant é uma metafísica da natureza que tem por objetivo a investigação da possibilidade do conhecimento científico, o que, por sua vez, implica no exame do método científico de conhecimento (o heurístico), identificado em geral, por ele, ao método analítico-sintético que se traduz, na *CRPu*, na forma de uma semântica transcendental. Deste modo, seguindo corretamente a perspectiva de Kant, Loparic inclui na filosofia ou semântica transcendental a investigação das condições *a priori* de conhecimento apenas das ciências formais e empíricas, e exclui dela o campo da semântica empírica, ligada às percepções (ver *Quadro 3 e 4*). Embora essa interpretação de Loparic reproduza corretamente a visão de Kant, na *CRPu*, todavia, ela possui uma imprecisão terminológica no uso da expressão “semântica empírica”, semelhante a Kant, embora ambos reconheçam corretamente que a expressão “empírico” tem um sentido mais amplo, de modo que esta inclui várias espécies de conteúdos empíricos, cujos principais são as sensações, as percepções e a experiência científica. Além dos vários problemas já apontados nesta terminologia de Loparic (ver tópico II-1 da Conclusão), vale ressaltar, em particular, que se afigura equivocado chamar de semântica empírica exclusivamente aos conceitos de percepção e de sensações, uma vez que, para Kant, são também empíricos tanto os conceitos das ciências empíricas em geral como os conceitos das percepções e das sensações.

Portanto, inicialmente, a reformulação do *Quadro 3*, sobre a semântica dos conceitos preenchíveis em geral, de Loparic, visa limitar a sua associação à semântica dos conceitos preenchíveis empiricamente, isto é, à classe das semânticas aplicadas à experiência possível em geral. Isso permite incluir em uma

única classe todos os conhecimentos e saberes empíricos em geral, tal como das ciências formais e empíricas aplicadas, bem como o domínio do senso comum e das sensações. Ao considerar-se o conceito de empírico mais amplo, bem como as *Definições 4, 5 e 9*, acima, convém reformular o *Quadro 3*, de Loparic, em quatro pontos principais: primeiro, dividir a semântica dos conceitos empíricos em geral em duas classes principais: a semântica transcendental e a semântica natural; segundo, identificar a semântica formal à classe das ciências formais aplicadas (lógica e matemática aplicadas); terceiro, associar a semântica material à semântica das ciências empíricas aplicadas (física aplicada); quarto, distinguir na semântica natural a classe das percepções (senso comum) e das sensações (*qualia*). O resultado desta reformulação tem tanto um efeito terminológico corretivo sobre a interpretação de Loparic quanto à semântica dos conceitos empíricos, como também um efeito diferenciador sobre a própria classificação das percepções conscientes em Kant. Abaixo, segue um comentário em cada um destes dois filósofos.

Em primeiro lugar, quanto a Loparic, a reformulação da semântica dos conceitos empíricos em geral, pode ser revista no *Quadro 3.1*, abaixo:

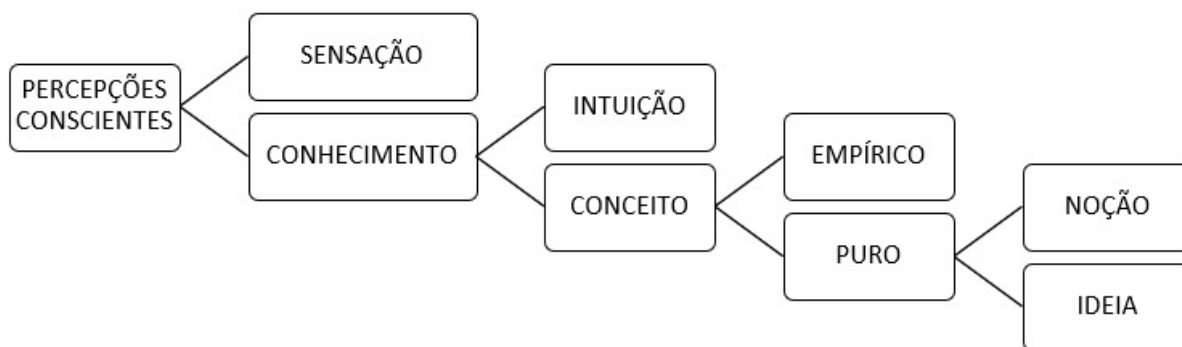
SEMÂNTICA TRANSCENDENTAL DOS CONCEITOS EMPÍRICOS EM GERAL (SEMÂNTICAS APLICADAS)						
SEMÂNTICAS			SENTIDO (forma)	REFERÊNCIA (matéria)	CONCEITOS	
TRANSCENDENTAL	CIÊNCIAS FORMAIS APLICADAS	Matemática Aplicada	Sistemas Conceituais Matemáticos Aplicados	Objetos Empíricos em Geral	Matemáticos	FORMAIS APLICADOS OU FORMAIS EMPÍRICOS
		Lógica Aplicada	Sistemas Conceituais Lógicos Aplicados	Objetos Empíricos em Geral	Lógicos	
	CIÊNCIAS EMPÍRICAS APLICADAS	Física Aplicada	Sistemas Conceituais Físicos Aplicados	Objetos Empíricos Externos	Físicos	
	FILOSOFIAS APLICADAS	Filosofia Transcendental	Sistemas Conceituais Filosóficos Aplicados	Objetos Empíricos Externos	Filosóficos	
NATURAL	SENDO COMUM	Compartilhável	Sistema Conceituais Comuns	Objetos Empíricos Externos (Perceptos)	Sensoriais	NATURAIS EMPÍRICOS
	SENSAÇÕES	Não Compartilhável	Sistemas Conceituais Privados	Objetos Empíricos Internos (<i>Qualia</i>)		

Quadro 3.1

Reformulação do *Quadro 3*, com a divisão da semântica dos conceitos preenchíveis em geral em transcendental e natural, com a subdivisão da primeira nas ciências formais e empíricas aplicadas, e da segunda nas percepções e sensações.

O *Quadro 3.1* mostra que a semântica transcendental se opõe à semântica “empírica natural”, e não à ‘semântica empírica’ simplesmente, conforme denominou Loparic. A razão disso é que a semântica de todas as ciências formais e empíricas aplicadas em geral são semânticas empíricas-formais, na medida em que são elaboradas em uma linguagem formal; ao contrário, o senso comum e as sensações são semânticas empíricas-naturais à medida que dadas em uma linguagem natural. Portanto, a semântica dos conceitos preenchíveis empiricamente é formada pela classe dos conceitos empíricos dados tanto pelas ciências formais e empíricas aplicadas em geral, quanto pelo senso comum e sensações (*qualia*)¹².

Em segundo lugar, quanto a Kant, a reclassificação da semântica dos conceitos preenchíveis em geral, indicada no *Quadro 3.1*, implica em uma reformulação da sua própria classificação das percepções conscientes, cuja visão geral, exposta na *CRPu* – já comentada brevemente acima – é resumida no Quadro 9, abaixo:



Quadro 9

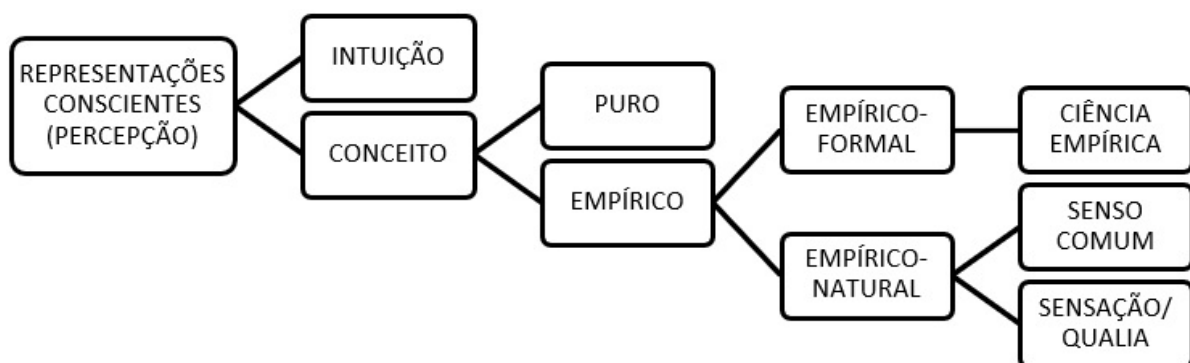
Classificação das percepções consciente, em Kant (KrV, B 376-7).

Antes de mais nada, convém notar que tal classificação de Kant, cujo ponto de partida é a percepção, segue, em linhas gerais, a própria classificação de

¹²A partir daqui, optou-se por substituir a expressão “conceitos de *percepção*” por “conceitos do *senso comum*” por parecer mais correta, tendo em vista, que na classificação geral das percepções conscientes feitas pelo próprio Kant (KrV, B 376-7, é suposto que todas as divisões são espécies de percepções, de modo que é problemático, ou tecnicamente impreciso, distinguir uma delas como sendo “percepção” e as demais como não sendo. Por isso, convém nomear esta classe específica de percepção, pertencente à semântica empírico natural, como equivalente ao senso comum. Apesar desta correção, continuar-se-á usando a expressão “perceptos”, cunhada por Loparic, para indicar os referentes dos conceitos do senso comum.

Hume das percepções em impressões e ideias (*Investigação acerca do entendimento humano*, Seção II) – sendo que a reformulação de tal classificação, aqui proposta, abrange estes dois filósofos. Conforme destacado na nota de rodapé 11, o problema geral desta classificação de Kant é que ela repete a característica do subjetivo e do objetivo em algumas partes destas divisões – p. ex., o subjetivo se repete na sensação e na subdivisão – aí apenas implícita – do conceito empírico de percepção; já o objetivo se repete no conhecimento e na subdivisão – igualmente implícita – do conceito empírico de experiência. Embora seja possível diferenciar tais divisões mediante a especificação de características adicionais aos conceitos em questão (ver nota de rodapé 11), convém notar que o princípio geral de Kant em tal divisão é a partição inicial das percepções conscientes em uma semântica em primeira pessoa na linguagem natural ou “subjetiva” (sensação) e uma semântica em terceira pessoa na linguagem formal ou “objetiva” (conhecimento), cuja parte desta última, que aqui importa, é a semântica dos conceitos empíricos e sua posterior divisão (apenas implícita aí) em conceitos de percepção (subjetivos) e conceitos de experiência (objetivos).

Entretanto, de acordo com a reformulação proposta no *Quadro 3.1*, é possível adotar-se outro princípio para a partição inicial das percepções conscientes com base nos conceitos de singular e universal, o que resulta na sua divisão em uma semântica da percepção imediata ou singular e uma semântica da percepção mediata e universal. Por sua vez, a parte que interessa aqui desta última, a semântica dos conceitos empíricos, pode ser dividida em semântica empírico-formal e semântica empírica-natural, e por fim, esta última subdividida em semântica das sensações e semântica das percepções. O resultado desta reformulação das percepções conscientes em Kant pode ser vista no *Quadro 9.1*, abaixo:



Quadro 9.1

Reformulação da classificação das percepções consciente, em Kant
(CRPu, B 376-7).

O *Quadro 9.1* mostra melhor o ponto de partida clássico da partição das representações conscientes (ou percepções) em intuição (representação singular e imediata) e conceito (representação universal e mediata), baseada nas duas principais fontes do conhecimento (sensibilidade e entendimento) – reconhecidas amiúde por Kant na *CRPu* –, bem como a subdivisão dos conceitos empíricos de acordo com a proposta de interpretação defendida neste trabalho. Sua vantagem em relação à divisão de Kant é evitar a repetição de características definidoras – tal como objetivo e subjetivo – em partes diferentes destas divisões, pois estes dois termos, no *Quadro 9.1*, aparecem apenas na penúltima divisão (no caso, o empírico-formal é objetivo e o empírico-natural é subjetivo), sendo que a última divisão (i. e., o senso comum e as sensações) é facilmente diferenciável pelo objeto externo e objeto interno (o senso comum tem objeto externo expresso em terceira pessoa e a sensação tem objeto interno expresso em primeira pessoa). Para não prolongar este ponto, convém apenas notar que a semântica dos conceitos do senso comum se situa em um ponto intermediário entre a semântica dos conceitos das ciências empíricas e a semântica das sensações/qualia, isto é, entre dois extremos: o da objetividade da ciência e o da subjetividade do indivíduo, ou ainda, o da universalidade *a priori* e o da singularidade *a posteriori*.

ALTERNATIVA 2: *A semântica dos conceitos empíricos da filosofia transcendental é de caráter ontológico (ciência existencial)*. Embora a interpretação epistemológica (neokantiana) de Loparic sobre a *CRPu* de Kant, referente à semântica dos conceitos empíricos, reproduza corretamente, em linhas gerais, a concepção deste último sobre o método transcendental subjacente às ciências empíricas, é inteiramente legítimo questionar se ambos os autores não restringiram demasiadamente o domínio da filosofia transcendental apenas ao domínio epistemológico, direcionado tão somente à investigação das condições de possibilidade do conhecimento sintético *a priori* ou científico. Tal delimitação do campo da filosofia transcendental ao domínio epistemológico tem ao menos duas consequências críticas: reduz a filosofia teórica de Kant a uma mera epistemologia transcendental de caráter genérico sobre as ciências em geral (Strawson, 1973) e exclui a investigação de elementos *a priori* pré-epistemológicos ou existenciais (Heidegger, [1927], [1929]).

Em particular, a interpretação ontológica de Heidegger sobre a *CRPu* de Kant aponta para uma possível ampliação da filosofia transcendental no sentido de uma investigação metafísica dos elementos ou estruturas existenciais *a priori* pertencentes ao sujeito transcendental em geral, que lhe são comuns tanto ao

considerá-lo como um sujeito epistemológico quanto um sujeito existencial ou ontológico (*Ser e tempo*, [50], [61]). De modo geral, em *Kant e o problema da matemática* (1996 [1929]), Heidegger defende a tese de Kant sobre a primazia do tempo sobre o espaço e a articula com a sua tese ontológica em três largos passos, que podem ser assim resumidos. Primeiro, ele interpreta meta-fisicamente o problema geral da *CRPu* como uma questão ontológica sobre o conceito da síntese em geral, antes mesmo de ser uma questão epistemológica e secundária sobre a síntese *a priori* de caráter epistemológico. Segundo, ele identifica o princípio da síntese em geral aos esquematismos da faculdade da imaginação, cuja forma geral de todos eles é o tempo, identificado por ele a título de uma estrutura existencial *a priori* do sujeito pré-epistemológico ou ontológico. Terceiro, ele argumenta que as três formas do tempo – futuro, passado e presente – formam a base a partir da qual é constituído o conjunto de todas as demais estruturas existenciais *a priori* do sujeito ontológico – cujas principais são a existencialidade, a facticidade e a decadência (*ST*, [328-9]) –, e que estão presentes, sob forma autêntica ou inautêntica, quer no sujeito pré-epistemológico como no sujeito epistemológico.

Independente do acerto ou não – e até mesmo do agrado ou desagrado – que a interpretação de Heidegger tenha no kantismo, o fato é que ela introduz uma questão inteiramente legítima sobre o alcance e as limitações da filosofia transcendental de Kant, diante da qual é necessário se posicionar quanto a duas alternativas básicas, a saber: ou limitá-la a uma epistemologia transcendental da ciência em particular (Cohen, Popper, Loparic etc.) ou ampliá-la em direção a uma ontologia fundamental (Heidegger).

Neste trabalho, defende-se a segunda alternativa sugerida por Heidegger no sentido de ampliar o escopo da filosofia transcendental para o domínio de uma metafísica mais geral – chamada por ele de ontologia fundamental –, a fim de incluir, em especial, no caso da semântica dos conceitos empíricos, aqui discutida, tanto a semântica dos conceitos empírico-formais (ciências empíricas), como a semântica dos conceitos empírico-naturais (senso comum e sensações). A adoção desta hipótese geral não significa, necessariamente, concordar com a solução proposta por Heidegger em *ST* e *KPM*, uma vez que, nestes livros, sua principal linha de argumentação em prol de uma ontologia fundamental pressupõe, de modo limitado, dogmático e sem muita reflexão crítica a tese de Kant sobre a primazia do tempo sobre o espaço¹³. Com efeito, Heidegger, nestas

¹³Em *Tempo e ser* (1983 [1962]), Heidegger radicaliza tal tese de Kant ao afirmar, por meio do conceito do “tempo-espaço”,

obras, se omite e não enfrenta o problema de explicar porque Kant formula, na *CRPu*, igualmente a tese oposta da primazia do espaço sobre o tempo (B 209, B 291). Tampouco ele refuta aí os argumentos dos empiristas ingleses – por exemplo, Locke e Hume – de que o tempo depende do espaço à medida que o espaço puro sem um objeto ou com um objeto fixo e invariável não tem a ocorrência do tempo¹⁴.

Diferentemente de Heidegger, Loparic, em *STK*, realiza corajosamente uma reflexão crítica da tese de Kant quanto à primazia do tempo sobre o espaço, ao flexibilizá-la, no contexto do sistema das categorias, pela admissão também da validade da tese oposta relativa à primazia do espaço sobre o tempo. Por exemplo, segundo ele, no caso das categorias de quantidade (extensiva e intensiva), ocorre tanto a primazia do tempo sobre o espaço quando tais quantidades são consideradas no campo das intuições puras como também ocorre a primazia do espaço sobre o tempo quando tais quantidades são vistas no campo das intuições empíricas (2000, p. 216, 222-3). Além disso, Loparic chama a atenção para um caso especial da primazia do espaço sobre o tempo quando Kant realiza a representação do tempo mediante uma linha estendida ao infinito em ambos os sentidos, pois, neste caso, o espaço é a condição de possibilidade para tal representação da linha do tempo. Tais reflexões críticas de Loparic sobre a referida tese de Kant estão de acordo com o ponto de vista deste trabalho.

Por essa razão, embora aqui se concorde em geral com a tese de Heidegger sobre a necessidade de expandir o escopo da filosofia transcendental na direção da metafísica em geral e assim não a limitar a uma epistemologia transcendental – tal como fazem Loparic e os neokantianos (Cohen, Popper etc.) –, todavia, este trabalho não adota a tese problemática de Heidegger, herdada de Kant, sobre a primazia do tempo sobre o espaço. Ao invés disso, propõe-se aqui um caminho diferente para ampliar o escopo da filosofia transcendental de Kant para além do domínio meramente epistemológico (o conhecimento sintético *a*

que o tempo tem quatro dimensões (o futuro, o presente, o passado e o articulador destes três tempos), além de ser pré-espacial, i. e., a condição de possibilidade do próprio espaço (1983, p. 265).

¹⁴A diferença entre estes dois filósofos empiristas – cujas reflexões de ambos já tinham sido consideradas antes por Aristóteles ao definir o tempo como medida do movimento (*Física*, Livro IV, Cap. 11 e 14) – é que, de um lado, Locke admite um tempo interno que, mesmo diante de um espaço externo vazio ou com um objeto invariável em tal espaço, ocorre na mente do sujeito mediante a sucessão de ideias – o que se coaduna com as teses subjetivistas do tempo, tal como vista em St. Agostinho (*Confissões*, Livro XI), Kant (*CRPu*) e Heidegger (*ST*; *KPM*). De outro, Hume radicaliza este argumento para negar também o tempo interno ao estender tal argumento do espaço vazio e invariável à própria mente, de modo que se a mente estiver vazia de ideias ou preenchida com uma ideia fixa e invariável (p. ex., no sono ou na meditação), então não ocorre sequer o tempo interno. Consultar: Locke, *Ensaio acerca do entendimento humano* (1988 [1690]), Cap. XIII; Hume, *Tratado da natureza humana* (2001 [1739]), Livro I, Seção III).

priori), de modo a incluir nela também outros modos de saberes empíricos em geral (o conhecimento sintético *a posteriori*), tal como o senso comum e as sensações. Além disso, essa via tem a vantagem de englobar, de modo geral, essas duas interpretações do sujeito transcendental de Kant, o epistemológico e o ontológico.

Tal hipótese alternativa consiste em pressupor o sujeito transcendental como uma espécie de *composição* ou *estrutura sintático-semântico*, no qual é possível se incluir o sujeito transcendental de Kant tanto na sua interpretação como sujeito da ciência (dos neokantianos) como na sua visão como sujeito da metafísica (o *dasein* de Heidegger), e também o sujeito do senso comum e das sensações. Para isso, é suficiente definir tal composto ou estrutura sintático-semântica conforme a *Definição 14*, abaixo:

Definição 14: Uma composição ou estrutura sintático-semântica de um ser racional e sensível em geral – tal como o sujeito transcendental de Kant e o *dasein* de Heidegger – satisfaz as seguintes condições:

- (i) Seu componente ou estrutura sintática é exprimível simbolicamente em uma linguagem, cujas classes principais são:
 - a) a linguagem formal;
 - b) a linguagem não formal ou natural (pré-formal e comum).
- (ii) Seu componente ou estrutura semântica é constituída pelas seguintes classes de objetos:
 - a) os objetos puros (formais, pré-formais e comuns);
 - b) os objetos sensíveis (externos e internos).

Preliminarmente, sete comentários podem ser feitos sobre a *Definição 14*. Primeiro: de modo geral, o conceito de composição ou estrutura sintático-semântica visa oferecer uma interpretação especial do clássico conceito filosófico de forma e matéria, mediante a restrição da forma ao domínio da linguagem e da matéria ao domínio dos objetos. Segundo: a restrição da forma e da matéria, respectivamente, ao domínio da linguagem e dos objetos, supõe, necessariamente, o conceito do sujeito em que tais condições ocorrem, o qual é definido pelas seguintes características gerais: de um lado, ele não se refere ao sujeito em geral, mas apenas ao sujeito racional e sensível em particular; de outro, ele não contém todas as condições determinantes do sujeito racional e

sensível em geral, mas apenas as suas condições sintáticas de natureza linguística (simbólica) e as condições semânticas de natureza sensível. Terceiro: a condição (i), referente ao componente sintático, destaca apenas o aspecto simbólico relativo à linguagem do sujeito e indica as suas duas principais formas: a linguagem formal (lógica e matemática) e a linguagem natural ou não formal, sendo esta última subdividida em duas partes: a linguagem natural do cotidiano (o senso comum e sensações) e uma linguagem intermediária (entre esta e a linguagem formal), denominada de linguagem natural pré-formal (as metafísicas em geral, as ciências naturais pré-formalizadas e as ciências humanas pré-formalizadas). A diferença básica entre as duas linguagens naturais é que a linguagem natural pré-formal tem caráter *a priori* (necessário e universal) e é elaborada por meio de sistemas demonstrativos que não usam construtos formais (lógicos e matemáticos), ao passo que a linguagem natural comum tem caráter *a posteriori* (possível e particular) e não é elaborada em sistemas demonstrativos, mas é baseada em sistemas de crenças. Quarto: a condição (ii), referente ao componente semântico, destaca os dois principais objetos que servem de referentes às classes de linguagens do componente sintático, os quais formam duas classes principais com suas respectivas subclasses: de um lado, os objetos puros, divididos em objetos formais, pré-formais e naturais, e de outro, os objetos sensíveis, divididos em objetos externos e internos. Convém notar que toda a classe dos objetos puros é de natureza linguística, isto é, são objetos linguísticos ou de pensamento, de modo que constituem apenas uma semântica linguística ou simbólica, mas não uma semântica sensível e concreta. Como os objetos puros em geral são meros objetos de linguagem, então a sua referência sensível concreta pode ser dada na classe dos objetos sensíveis, externos e/ou internos. Quinto: por meio das condições sintáticas (i) e das condições semânticas (ii) é possível definir toda a classificação da semântica dos conceitos preenchíveis e não preenchíveis, compreendida por Loparic, além de completá-la com outras divisões ausentes na sua concepção ou mesmo na de Kant e Heidegger. Sexto: em termos metodológicos, a condição (i) satisfaz o método analítico, enquanto a condição (ii) cumpre o método sintético, tendo em vista o método analítico-sintético emprestado por Kant dos matemáticos e físicos para a construção da sua metafísica científica (Loparic, 2000, p. 33-78). Sétimo: como se poderá ver a seguir, brevemente, tal definição é ampla o suficiente para determinar adequadamente o sujeito concebido por Kant e Heidegger, permitindo assim avaliar melhor suas características, relações e limitações.

De modo geral, tanto o sujeito transcendental de Kant como o *dasein* de Heidegger podem ser definidos como uma composição ou estrutura sintático-

semântica, na medida em que ambos satisfazem as duas condições da *Definição 14*. A condição (i) é satisfeita porque a estrutura sintática de ambos são sistemas de conceitos e princípios construídos em uma linguagem natural pré-formal (condição i-b). A condição (ii) é satisfeita porque a estrutura semântica de ambos é formada pela classe dos objetos puros pré-formais (condição ii-a), cuja referência final é dada na classe dos objetos sensíveis, embora com a diferença de que Kant focaliza os objetos externos das ciências naturais e Heidegger enfatiza os objetos internos das ciências humanas.

Quanto à estrutura sintática de ambos, elas têm dois pontos em comum. O primeiro é o fato de que tais sistemas metafísicos não são ciências no sentido forte, isto é, não são elaborados de modo semelhante a uma semântica empírico-formal, tal como a física aplicada, e nem mesmo como uma semântica formal em sentido fraco, tal a matemática e a lógica puras. Tais sistemas metafísicos são elaborados na linguagem natural com o acréscimo e a definição de termos novos (intuição, categoria, existencial, existenciário, etc.), porém sem construí-los em uma linguagem formal que lhes permita se tornarem sequer ciências formais em sentido fraco. Em outras palavras, tais metafísicas elaboradas em linguagem natural pré-científica são sistemas de linguagem de caráter *a priori* (necessário e universal), mas que não possuem construtos correspondentes (lógicos e matemáticos). O segundo ponto em comum da estrutura sintática de tais sistemas metafísicos é que ambos excluem ou não explicam, adequadamente, os conceitos empíricos naturais (senso comum e sensações) do campo da ciência, sem compreendê-los adequadamente como uma das possibilidades dadas pela condição (i-b) – i. e., referente à linguagem natural comum –, a qual, junto com a outra condição (i-b) – i. e., relativa às linguagens naturais pré-formais –, não são linguagens científicas, propriamente ditas, pelo menos no sentido em que é definida pela condição (i-a) – i. e., referente às linguagens formais.

Quanto à estrutura semântica, esta é diferente nos sistemas metafísicos destes dois filósofos. De um lado, quanto a Kant, a referência geral do sistema metafísico relativo ao sujeito transcendental é constituída pela classe dos objetos puros pré-formais aplicada, em última instância, aos objetos sensíveis externos, pertencentes ao domínio das ciências da natureza, sendo que, no interior da *CRPu*, tal referência é definida apenas de modo formal ou genérico a título dos objetos da experiência em geral ou da experiência possível – os quais servem de base para definir o conceito genérico de verdade transcendental ou formal. Uma consequência disso é que o caráter científico de tal semântica transcendental é

definido de modo dependente, em última instância, das ciências da natureza e, portanto, dos objetos externos – o que deixa de fora os objetos internos e das ciências humanas em geral, reclamados por Heidegger. De outro lado, quanto a Heidegger, a referência geral do sistema metafísico relativo ao *dasein* são os objetos puros pré-formais aplicados, em última instância, aos objetos internos pertencentes às ciências do homem, sendo que, no interior da ST, tal referência é definida em termos dos existenciários que instanciam diversos modos de concepções e ações humanas, cujas duas principais classes de semântica são as autênticas e as inautênticas.

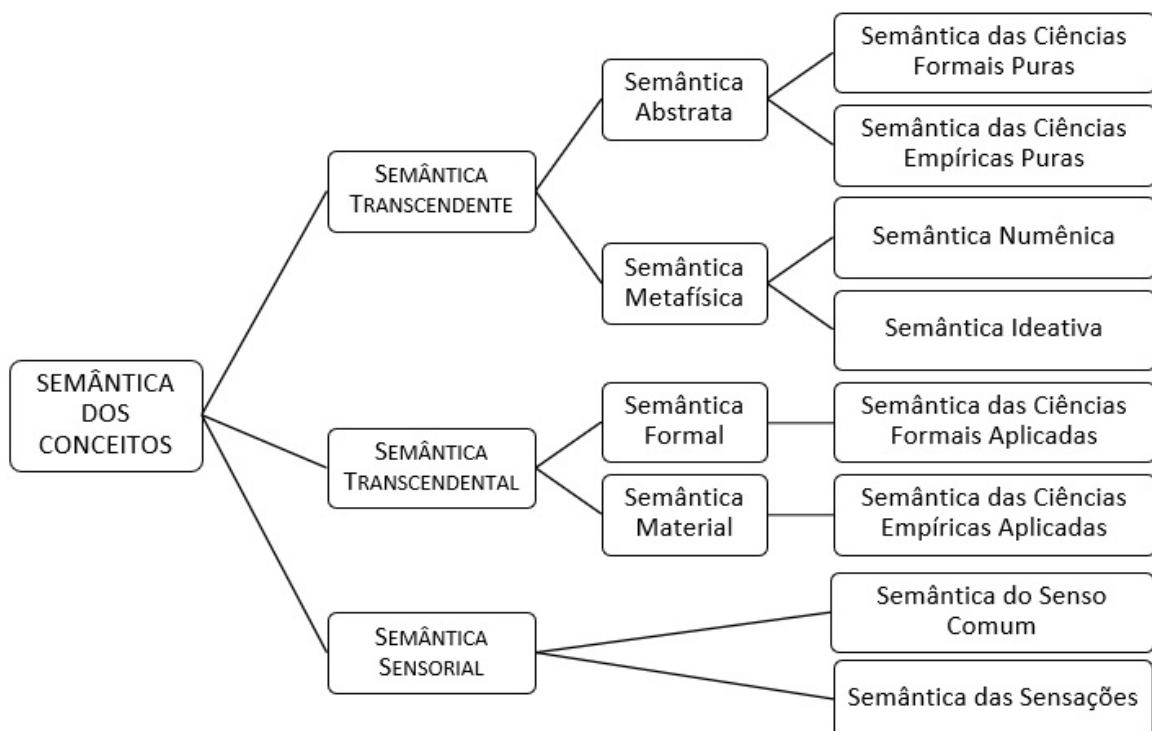
Portanto, de acordo com a *Definição 14*, pode-se dizer que a metafísica do sujeito transcendental de Kant e do *dasein* de Heidegger são semelhantes do ponto vista da sua estrutura sintática, pois ambos são sistemas de linguagem natural pré-formal ou pré-científica – i. e., *a priori* (necessária e universal), mas não formal e sem construtos –, o que as impede se serem consideradas ciências formais ao menos em sentido fraco. Porém, são diferentes do ponto de vista da sua estrutura semântica, pois a referência do sujeito transcendental são os objetos externos das ciências naturais, ao passo que a referência do *dasein* são os objetos internos das ciências humanas. Quanto ao estatuto científico de tais semânticas, pode-se dizer que, no caso de Kant, a semântica transcendental tem, em certo sentido, um caráter geral e indireto, pois sua referência é dada, em última instância, por meio da exemplificação no campo das ciências naturais – outro sentido possível de tal semântica transcendental é a sua concepção como um sistema metalinguístico, a ser explorado no último tópico desta Conclusão. No caso de Heidegger, a semântica existencial tem um caráter particular e direto, pois sua referência é dada por meio de um recorte específico no campo das ciências humanas – no sentido de que a semântica do *dasein* exclui sua referência do campo da psicologia, da antropologia, da história, da biologia, etc., a fim de delimitá-la ao campo da ontologia, no qual os existenciários podem ser diretamente instanciados.

Do ponto de vista metodológico, pode-se concluir também que as metafísicas de Kant e Heidegger satisfazem, de modo geral, o método analítico e sintético das ciências duras (formais e empíricos-formais), porém com as semelhanças e diferenças acima destacadas. Do ponto de vista da semântica dos conceitos empíricos, aqui discutida, a *Definição 14* é ampla o suficiente para definir, além das metafísicas de Kant e Heidegger (acima delineado), tanto os conceitos empírico-formais como, em particular, os conceitos empíricos naturais (senso comum e sensações), tendo em vista que estes últimos são excluídos dos sis-

temas metafísicos de Kant e Heidegger. Com efeito, conforme a Definição 14, as duas classes dos conceitos empíricos naturais (senso comum e sensações) podem ser facilmente extraídos dela mediante uma combinação das condições (i) e (ii). De um lado, os conceitos empíricos do senso comum satisfazem a condição sintática (i-b) e uma parte da condição semântica (ii-b), isto é, são formulados em linguagem natural e se referem aos objetos sensíveis externos. De outro, os conceitos empíricos das sensações são também formulados em linguagem natural (a condição sintática “i-b”) e seus referentes são os objetos sensíveis internos (a outra parte da condição semântica “ii-b”).

Para finalizar este tópico, serão apresentados dois quadros, abaixo, em que o primeiro apresenta uma reformulação parcial da semântica dos conceitos de Loparic, com base nos *Quadros 3.1* e *5.1* da presente Conclusão, mas que mantém o espírito da filosofia teórica de Kant, e o segundo mostra a reformulação geral de tais semânticas à luz do conceito, aqui introduzido, de estrutura sintático-semântica, dado pela *Definição 14*.

Primeiramente, o *Quadro 10*, a seguir, mostra um esquema geral que resume a reformulação parcial da classificação da semântica dos conceitos em Loparic, incluindo a reformulação de alguns aspectos na classificação de Kant e Hume, cuja principal diferença em relação a estes autores é a introdução do conceito de ciência formal e empírica em sentido forte e fraco (i. e., pura e aplicada), tal como visto acima no tópico III-1, da Conclusão, especialmente as *Teses 1-3*:



Quadro 10

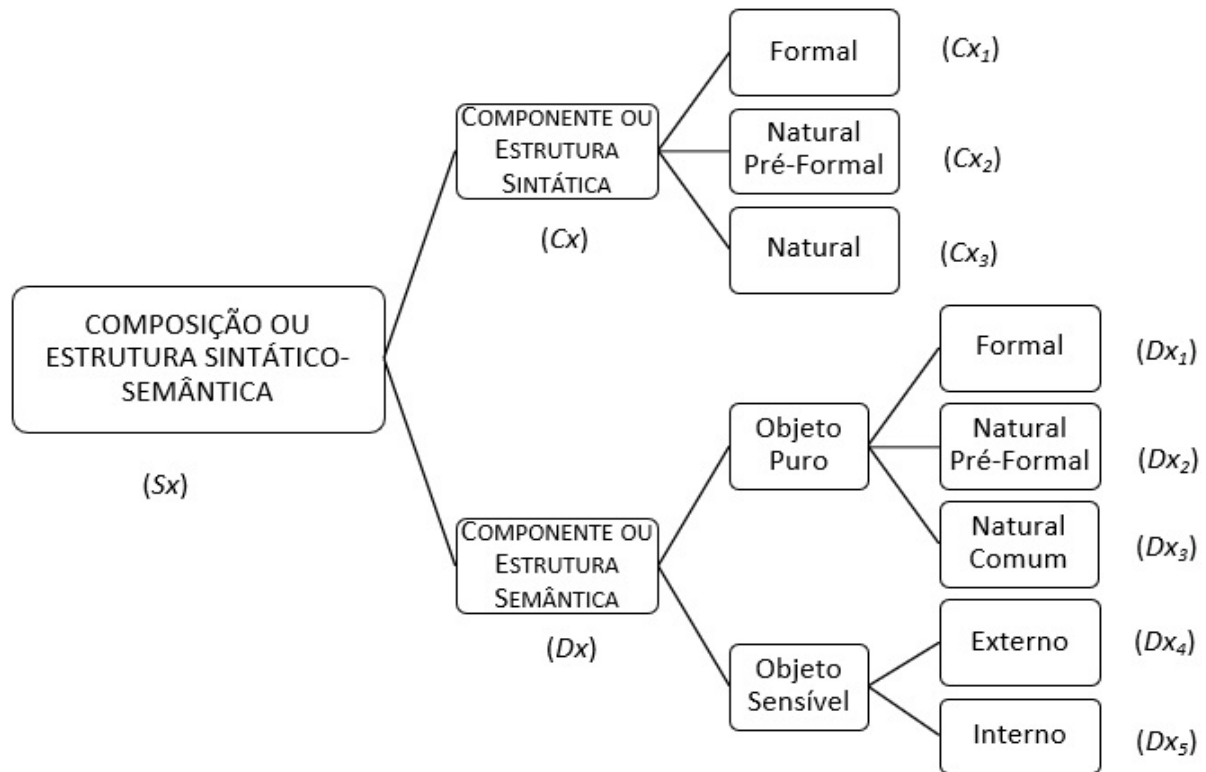
Reformulação parcial da classificação da semântica dos conceitos, de Loparic, em STK, mantendo o espírito geral da filosofia teórica de Kant, tendo por base a asserção da Tese 3 desta Conclusão.

Os seguintes comentários podem ser feitos sobre o *Quadro 10*. Primeiro: ele mantém as três principais divisões iniciais de Loparic e que traduz, em linhas gerais, a própria concepção de Kant: a semântica transcendente, transcendental e sensorial. Segundo: ao introduzir-se as alterações na classificação de Loparic e Kant, conforme os resultados obtidos a partir das *Teses 1-5*, acima, pode-se dizer que a semântica transcendente contém os sistemas formais não interpretados em geral e foi dividida em semântica abstrata e semântica metafísica. De um lado, a semântica abstrata foi subdividida em semântica das ciências formais puras (i. e., lógica e matemática puras) e semântica das ciências empíricas puras (física pura, etc.), a qual reúne os sistemas cujos construtos teóricos não têm interpretação empírica ou cuja referência é vazia¹⁵. De outro, a semântica metafísica foi subdividida em semântica numênica e ideativa, e apenas reproduz, por comodidade, a divisão de Loparic. Terceiro: A semântica transcendental contém os sistemas formais interpretados em geral e foi dividida em semântica formal e semântica material, em que a primeira contém os sistemas das ciências formais interpretadas (i. e., lógica e matemática aplicadas) e o segundo os sistemas das ciências empíricas interpretadas (p. ex., física aplicada). Quarto: a semântica sensorial contém os sistemas expressos em linguagem natural ou não-formal, sendo esta parte dividida em semântica do senso comum e semântica das sensações, a fim de explicitar melhor estes dois tipos de semânticas empíricas existentes na filosofia teórica de Kant¹⁶.

Finalmente, o *Quadro 11*, abaixo, mostra um esquema geral que contém uma reformulação completa da classificação da semântica dos conceitos, de Loparic, inclusive aspectos da classificação de Kant e Hume, tendo por base tanto o conceito forte e fraco das ciências formais e empíricas – dado pelas *Teses 1-3* – como também o conceito de composição ou estrutura sintático-semântica – dado pela *Definição 14*:

¹⁵Convém notar aqui uma diferença quanto à interpretação de Loparic sobre as semânticas abstratas, uma vez que ele as define como aquelas semânticas que são vazias por não terem construtos, ao passo que aqui se as define como as semânticas que têm construtos (quer estes sejam de caráter intuicionistas ou formalistas), mas são vazias porque tais construtos não têm interpretação empírica.

¹⁶A semântica sensorial substitui a expressão problemática ‘semântica empírica’, empregada por Loparic, pois, conforme já explicado, este termo tem um sentido mais amplo em Kant – embora a terminologia deste último filósofo seja também inadequada –, que se aplica, no caso da semântica dos conceitos empíricos, aos conceitos empíricos-formais (i. e., os ‘conceitos de experiência’ das ciências empíricas), aos conceitos do senso comum (ou ‘conceitos de percepção’) e aos conceitos das sensações (ou *qualia*).



Quadro 11

Reformulação geral da classificação da semântica dos conceitos, de
Loparic, em *STK*.

Os seguintes comentários podem ser feitos sobre o *Quadro 11*. Primeiro: ele é uma figura que representa, resumidamente, todos os aspectos contidos nas condições (i) e (ii), dadas na *Definição 14*. Segundo: ele mostra mais claramente os principais componentes formais supostos em toda teoria semântica (Sx), dada pela expressão geral $Sx: Cx \rightarrow Dx$ (*Definição 1*), pois a classe Cx corresponde ao componente sintático, ao passo que a classe Dx equivale ao componente semântico¹⁷. Terceiro: como hipótese suficiente para os fins aqui em vista, de um lado, o componente ou estrutura sintática Cx foi dividida em três classes: a linguagem formal (Cx_1)¹⁸, a linguagem natural pré-formal (Cx_2) e a linguagem natural (Cx_3); de outro, o componente semântico foi dividido em duas classes principais, o objeto puro e o objeto sensível, cuja primeira classe foi subdividida em três partes e a segunda em duas partes, a saber: o objeto

¹⁷Enquanto na interpretação semântica de Loparic, sobre a *CRPu* de Kant, o elemento Cx (classe dos sentidos) e o componente Dx (classe dos objetos) estavam postos apenas implicitamente na sua exposição, aqui, todavia, estes dois componentes são dados explicitamente, mediante a *Definição 14*, no ponto de partida da análise semântica do sujeito transcendental de Kant, na medida em este foi suposto como uma dada composição ou estrutura sintático-semântica.

¹⁸Mais precisamente, o elemento sintático Cx_1 (linguagem formal) é um sistema artificial de símbolos sem uma interpretação dada e constituído pelos seguintes elementos: um alfabeto (símbolos), uma sintaxe (regras de formação), leis lógicas (princípios gerais) e axiomas (princípios particulares).

puro formal (Dx_1), o objeto puro natural pré-formal (Dx_2), o objeto puro natural comum (Dx_3)¹⁹, o objeto sensível externo (Dx_4) e o objeto sensível interno (Dx_5); por fim, a combinação destes oito elementos entre si resulta em quinze principais possíveis composições ou estruturas sintáticos-semânticas.

Quarto: dentre estas quinze possibilidades sintático-semânticas, algumas são eliminadas por serem autocontraditórias, tal como o conceito de ‘círculo quadrado’ – é o caso da combinação de Cx_3 (linguagem natural) com Dx_1 (objeto puro formal). Por sua vez, um grupo particular de possibilidades sintático-semânticas satisfazem, perfeitamente, todas as classes semânticas distinguidas por Loparic, em *STK*, sobre a *CRPu* de Kant – como por exemplo, a combinação de Cx_1 (linguagem formal) com Dx_1 (objeto puro formal) ou com Dx_1x_4 (objeto sensível externo), da qual resulta, respectivamente, a semântica das ciências formais puras ou não interpretadas, i.e., a lógica e matemática puras (representada formalmente por: $Sf: Cx_1 \rightarrow Dx_1$) e a semântica das ciências empíricas aplicadas (formalmente: $Se: Cx_1 \rightarrow Dx_{1-4}$)²⁰. Finalmente, outras possibilidades sintático-semânticas permitem fazer deduções no campo filosófico, tais como: (i) o sujeito transcendental epistemológico de Kant, o qual pode ser definido por meio da aplicação de Cx_2 (linguagem natural pré-formal) sobre a combinação de Dx_2 (objeto puro pré-formal) e Dx_4 (objeto sensível externo), dada pela expressão: $Sk: Cx_2 \rightarrow Dx_{2-4}$; (ii) o sujeito transcendental ontológico (o *dasein*) de Heidegger, definido mediante a aplicação de Cx_2 (linguagem natural pré-formal) sobre a junção de Dx_2 (objeto puro pré-formal) e Dx_5 (objeto sensível interno), dada pela expressão: $Sk: Cx_2 \rightarrow Dx_{2-5}$; (iii) o sujeito do senso comum (Sa) e o sujeito das sensações (Sq), definidos pela aplicação de Cx_3 (linguagem natural) sobre, respectivamente, Dx_4 (objeto sensível externo) e Dx_5 (objeto sensível interno), os quais são representados, nessa ordem, por:

¹⁹No fundo, os três objetos puros pertencentes à parte pura da estrutura semântica – i. e., o objeto puro formal (Dx_1), o pré-formal (Dx_2) e o comum (Dx_3) – são apenas objetos simbólicos ou linguísticos, os quais são definidos, respectivamente, em cada uma das três principais formas de linguagem – i. e., a linguagem formal (Cx_1), a natural pré-formal (Cx_2) e a natural comum (Cx_3). Em particular, o elemento semântico Dx_1 (objeto puro formal) é a referência ou o objeto formal (i. e., os construtos em geral) correspondente à linguagem formal Cx_1 , porém tais objetos puros formais não têm ainda uma dada interpretação empírica, o que limita tal semântica formal ao conceito de verdade formal, e por isso, não se aplica ainda a tais objetos puros o conceito de verdade empírica. Outro caso especial são os objetos puros da física pura, cuja estrutura sintática pode ser dada pela linguagem formal (Cx_1) ou pela linguagem natural pré-formal (Cx_2), e cuja estrutura semântica são objetos puros (simbólicos ou linguísticos) dados na classe Dx_1 ou Dx_2 , respectivamente.

²⁰A expressão “ Dx_1x_4 ” e “ Dx_{1-4} ” são sinônimas e indicam apenas que a classe dos objetos formais puros (i. e., os construtos lógicos e matemáticos) foi aplicada à classe dos objetos externos (i. e., os fenômenos naturais das ciências empíricas), de modo a delimitar a subclasse dos objetos puros referidos aos objetos externos, cujo resultado geral é definir a semântica das ciências empíricas aplicadas. Por sua vez, a semântica das ciências empíricas puras pode ser definida como a aplicação de uma dada linguagem natural (Cx_3) ou natural pré-formal (Cx_2) sobre a linguagem formal (Cx_1), de modo a delimitar uma subclasse da linguagem natural ou natural pré-formal que foi simbolizada formalmente na linguagem lógica e matemática, cujos referentes são os construtos dados na classe dos objetos puros formais (Dx_1).

Sa: $Cx_3 \rightarrow Dx_4$ e *Sq*: $Cx_3 \rightarrow Dx_5$. Além disso, tal estrutura sintático-semântica, dada pela *Definição 14*, permite compreender, inclusive, as linguagens metafóricas (p. ex., literatura e poesia) à medida que estas podem ser entendidas como jogos livres entre o domínio sintático e semântico, sendo que há, neste caso, um uso predominante do sintático (elaborado em Cx_3) e um uso apenas eventual do semântico (aplicado em Dx_3 , Dx_4 ou Dx_5).

Portanto, pode-se concluir que a *Definição 14*, representada no *Quadro 11*, estabelece o conceito de uma composição ou estrutura sintático-semântica, por meio da qual é possível construir uma classe ampla de relações sintático-semânticas, cujos elementos incluem diversas semânticas particulares, tal como, por exemplo, o sujeito transcendental de Kant, o *dasein* de Heidegger, as semânticas particulares de Loparic, o sujeito do senso comum e das sensações (*qualia*), incluindo o sujeito metafórico. Naturalmente, além destas combinações, é possível se deduzirem outras estruturas sintáticos-semânticas, porém que extrapolam os fins aqui em vista.

(2ª) *A reformulação da semântica dos conceitos em Loparic do ponto de vista metalinguístico*

De acordo com este segundo modo de reformulação da semântica dos conceitos de Loparic, em *STK* – em um sentido que talvez se distancie aqui tanto da sua visão como da de Kant –, considera-se que a própria *CRPu* é um sistema teórico metalinguístico relativamente aos sistemas das ciências em geral (formais e empíricas), em relação aos quais aquele sistema visa dar uma justificativa em termos epistemológico e semântico. Do ponto de vista epistemológico, a justificação das ciências, na *CRPu*, por Kant, dá-se por meio da ratificação do método analítico-sintético, ao passo que, do ponto de vista semântico, ocorre mediante a formulação do conceito de verdade transcendental e empírica, cuja relação entre estes dois últimos conceitos indica-se aqui ser de natureza metalinguística. Por questão de delimitação, analisar-se-á aqui apenas o aspecto semântico, o qual será antecedido por uma breve exposição sobre o estado da questão em Loparic e Kant.

Com efeito, em uma carta de Kant a Mendelsohn, datada de 1781 (talvez pouco antes da publicação da primeira edição da *CRPu*), ele escreve, em referência ao sistema teórico em preparação, que “este tipo de investigação sempre permanecerá porque contém a *metafísica de uma metafísica*” (Br, 10: 269 – grifo do autor). Na expressão ‘metafísica da metafísica’ pode-se interpretar que

está implícita uma distinção de dois níveis de linguagem – a metalinguagem e a linguagem-objeto –, sendo que a primeira ocorrência da palavra ‘metafísica’ alude ao próprio sistema metafísico da *CRPu* (formulado em metalinguagem) enquanto a segunda ocorrência desta palavra indica os objetos ou sistemas científicos aos quais a própria *CRPu* se refere (elaborados em linguagem-objeto).

Por sua vez, a relação da *CRPu*, vista em nível metalinguístico, aos seus possíveis objetos, postos em nível de linguagem-objeto, pode ser analisada em diversos sentidos, mas que podem ser divididos em dois grupos principais. 1º) O sentido *externo* do objeto quanto à *CRPu*, o qual é subdividido em pelo menos duas partes, cuja referência pode ser compreendida como: (i) a relação da *CRPu* à metafísica tradicional (sobre a qual estabelece os limites do conhecimento); (ii) a relação da *CRPu* à ciência em geral (sobre a qual estabelece a distinção entre a verdade transcendental e empírica). 2º) O sentido *interno* do objeto quanto à *CRPu*, o qual é também reconhecido em várias passagens desta obra, cuja referência, por exemplo, pode ser vista como: (iii) a relação da categoria de modalidade em relação as outras categorias²¹; (iv) a relação do sistema do entendimento ao sistema da intuição²²; (v) a relação do sistema da razão ao sistema do entendimento²³. (Novamente, por questão de delimitação, de todos estes possíveis aspectos metalinguísticos, tanto internos como externos à *CRPu*, far-se-á aqui apenas uma breve abordagem sobre o sentido “1-(ii)”, acima indicado, relativo ao conceito de verdade transcendental e empírica).

De sua parte, pode-se dizer que Loparic reconhece, implicitamente, a distinção entre níveis de linguagem, ao menos em quatro passagens de *STK*. Primeira: ele diz que Kant sugere, sem uma formulação mais precisa, a distinção entre dois níveis de conhecimento, o nível superior da *distinção* e o nível inferior da *clareza*, contextualizando tais níveis na relação entre o entendimento e

²¹É notório – e também meio inquietante – que Kant confere à categoria de modalidade um lugar especial quanto as demais categorias (quantidade, qualidade, relação) [B 99 ss], cuja interpretação aqui proposta é que se trata, no fundo, de uma distinção entre dois níveis de linguagem, o nível da metalinguagem fixado na categoria de modalidade e o de linguagem-objeto nas outras três categorias. Tal interpretação tem apoio no fato de que, na *Analítica dos Princípios*, a definição de Kant sobre as três categorias de modalidade (formuladas semanticamente em termos de ‘postulados empíricos’) diz respeito, no fundo, à definição do próprio conceito de verdade, isto é, precisamente sobre as condições formais e materiais deste conceito. É por essa razão que Kant usa tais postulados semânticos – deduzidos das categorias de modalidade – para formular a sua Refutação B do idealismo com o objetivo de defender a realidade do mundo externo – a qual, todavia, junto com a Refutação A, tem alguns problemas lógicos a serem resolvidos. Sobre tais problemas lógicos na Refutação A e B, ver Souza (2021).

²²Em diversas passagens, Kant afirma que a investigação dos conceitos puros do entendimento é de natureza metafísica, cujos objetos são dados na intuição em geral (Log, 9: 92) – o que sugere a relação entre dois sistemas em níveis diferentes de linguagem, o do entendimento em nível de metalinguagem e o da sensibilidade em nível de linguagem-objeto.

²³Kant apresenta, de modo bastante claro, a distinção entre níveis de linguagem entre a razão e o entendimento – os quais são extensíveis ao sistema do entendimento e da sensibilidade –, ao afirmar que “o entendimento constitui um objeto para a razão, do mesmo modo que a sensibilidade para o entendimento” (KrV, B 692; ver também: KrV, B 680, 686 usw).

a sensibilidade (*Log*, 9: 61-62)²⁴. Segunda: ao distinguir a ‘verdade transcendental’ da ‘verdade formal e empírica’, Loparic realiza uma possível descrição, sem dar-se conta disso, dos diferentes níveis de linguagem que ambas supõem implicitamente, a saber: “Como a mesma ‘verdade transcendental’ [em metalinguagem] torna possíveis e demonstráveis também os juízos [em linguagem-objeto] da matemática pura, da ciência pura da natureza e da metafísica em geral, a analítica transcendental do entendimento puro pode ser interpretada como uma teoria [em metalinguagem] das condições verdade e de demonstrabilidade dos juízos sintéticos em geral [em linguagem-objeto], fundada na teoria da verdade dos princípios do entendimento [em metalinguagem]” (2000, p. XX)²⁵. Terceira: historicamente, Loparic registra – sem desenvolver este tópico – que Carnap e Husserl analisaram os aspectos lógicos e psicológicos, respectivamente, dos conceitos de níveis inferiores, i. e., os conceitos de percepção. Quarta: teoricamente, Loparic levanta uma questão ontológica relevante – sem respondê-la – sobre a relação existente entre os níveis dos conceitos e dos seus respectivos referentes, a saber: “caso os conceitos possam ser classificados em níveis, existiriam também níveis de correspondentes objetos ou estão todos os objetos no mesmo nível ontológico?” (*STK*, p. 183).

Após estas breves digressões sobre as possibilidades de uma investigação metalinguística em Kant (e reconhecida, implicitamente, por Loparic) – as quais serão sempre apenas sugestivas e não conclusivas à medida que supõem um aporte teórico que está além dos limites históricos em que Kant concebeu a questão, na *CRPu*, embora tais limitações sejam suprimíveis em seus comentadores posteriores –, pode-se agora focalizar a atenção na possível relação metalinguística presente em sua semântica dos conceitos, mais precisamente, entre as categorias e os demais conceitos científicos.

Tal como se mostrou acima, a abordagem de Loparic sobre esta matéria revelou-se problemática, pois apesar de ele identificar corretamente os conceitos puros dos entendimentos e sua respectiva semântica, ele revela, todavia, ao mesmo tempo, uma dificuldade em estabelecer adequadamente os esquemas como os referentes das categorias – visto por ele como ‘objetos que não são objetos’ –, razão pela qual ele optou em excluir a semântica das categorias da classe da semântica transcendental e reduzir esta última apenas à semântica dos

²⁴Em sua interpretação desta passagem, Loparic identifica os níveis de linguagem, em Kant, na formação de conceitos mediante “as notas características de notas características” (*STK*, p. 183).

²⁵Nesta citação, as informações colocadas entre colchetes – “[“ e “]” – foram introduzidas pelo autor deste texto para indicar a possível interpretação metalinguística implícita na concepção semântica de Loparic.

conceitos matemáticos e físicos (ver *Quadro 3 e 4*, acima).

Em contrapartida, a partir de uma perspectiva metalinguística, tal como aqui indicada, pode-se oferecer uma abordagem mais satisfatória da relação da semântica das categorias à semântica dos conceitos científicos em geral (matemáticos e físicos, por exemplo). O ponto de partida básico para essa abordagem alternativa é considerar a semântica categorial em nível metalinguístico e a semântica dos conceitos científicos em nível de linguagem-objeto. Em linhas gerais, esta explicação pode ser dada em três passos básicos. Em primeiro lugar, no nível da metalinguagem, as categorias constituem um sistema (gerativo) de *regras de formação* dos conceitos em geral, como por exemplo, as regras analíticas e sintéticas, as regras de comparação, abstração e reflexão, etc. Em segundo lugar, no nível da linguagem-objeto, os conceitos das ciências em geral (formais e empíricas) formam um *sistema de referência* com base nos conceitos científicos que satisfazem em geral as regras categoriais. Por fim, em terceiro lugar, os esquemas compõem um sistema especial das *regras de associação* ou *relação* entre o sistema das categorias (em metalinguagem) e o sistema dos conceitos científicos (em linguagem-objeto).

Em termos simbólicos, a notação para indicar esta relação metalinguística é semelhante a que vem sendo adotada aqui para representar formalmente, de modo geral, todas as semânticas dos conceitos vistas até agora, a saber: $Sx: Cx \rightarrow Dx$ (*Definição 1*). Todavia, é necessário agora enriquecer tal notação com algum símbolo especial para indicar que se trata, neste contexto, de uma relação semântica metalinguística “ Sx ” que se dá entre um sistema “ Cx ” em metalinguagem e um sistema “ Dx ” em linguagem-objeto. Por convenção, pode-se adotar a notação de introduzir um índice numérico na parte superior das duas primeiras letras maiúsculas (i. e., $S^I x$ e $C^I x$), a fim de indicar que se trata de um sistema semântico e de um sistema de conceitos (i. e., as categorias) concebidos em nível de metalinguagem; no caso do sistema dos conceitos científicos não é necessário usar tal notação especial porque eles são concebidos em nível de linguagem-objeto. Disso resulta a seguinte notação simbólica genérica para a relação metalinguística do sistema das categorias e seus esquemas ao sistema dos conceitos científicos em geral, dada pela *Definição 15*:

Definição 15: Relação semântica metalinguística $S^I x$ entre os sistema de Conceitos $C^I x$ e o domínio de objetos Dx :

$$S^I x: C^I x \rightarrow Dx$$

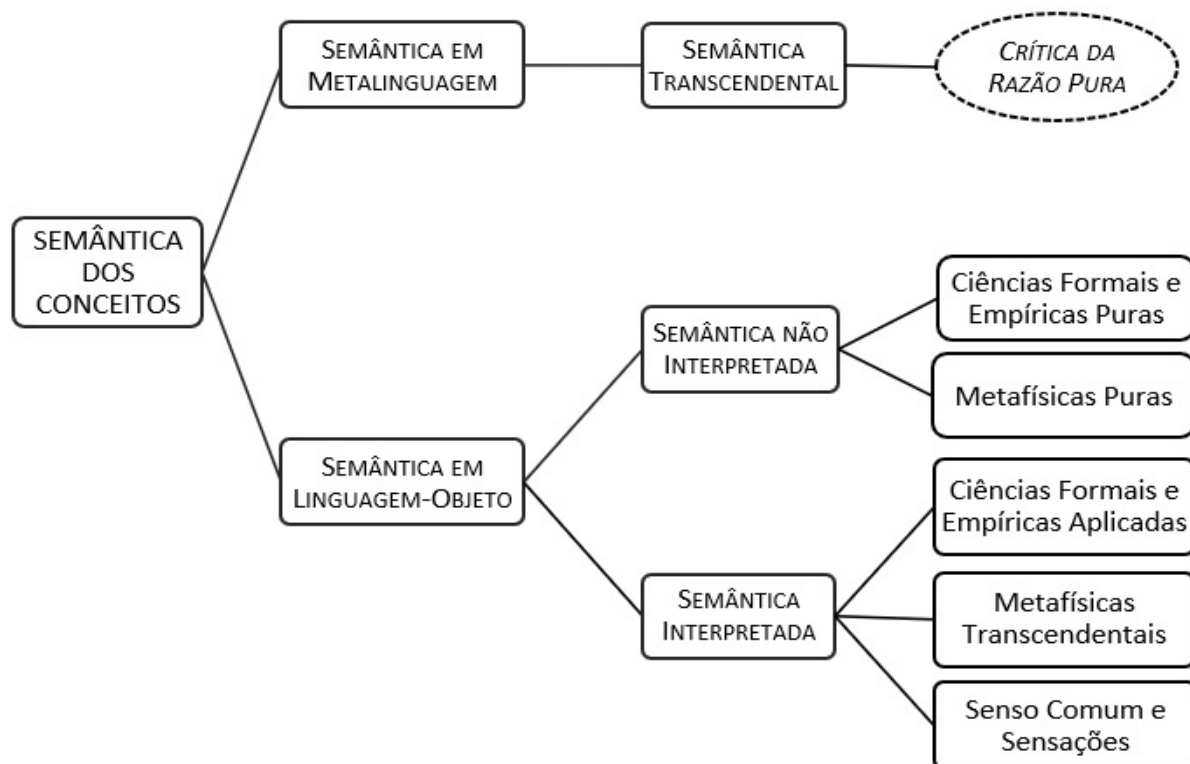
Esta expressão indica com maior precisão que se trata de uma semântica metalinguística $S^I x$, a qual é formada por três elementos, sendo dois deles definidos em metalinguagem e um em linguagem-objeto. Os dois elementos definidos em nível de metalinguagem são os seguintes: (i) um sistema de regras de formação, os conceitos $C^I x$; e (ii) um sistema de regras de associação, isto é, os esquemas (representados pela seta “ $\rightarrow$ ”). O terceiro elemento definido em nível de linguagem-objeto é o seguinte: (iii) o sistema de referência Dx dos conceitos científicos em geral (formais e empíricos). Naturalmente, este parágrafo serve apenas como definição provisória de uma semântica metalinguística no contexto da *CRPu* de Kant, pois seu desenvolvimento adequado extrapola os limites deste trabalho.

Convém fazer alguns comentários sobre o conceito de verdade transcendental e verdade empírica, em Kant, embora este assunto pertença à semântica dos juízos, propriamente dita, e não à semântica dos conceitos, aqui discutida. Com tal reserva, pode-se apenas dizer, em linhas gerais, que, no contexto da semântica dos conceitos, o conceito da “verdade transcendental” significa a construção do sistema das regras de formação e de associação dos conceitos, ao passo que a “verdade empírica” significa o sistema de referência destes conceitos. Mais precisamente, o conceito de “verdade transcendental” da semântica dos conceitos é formulado em nível de metalinguagem pelo sistema da *CRPu*, enquanto o seu conceito de “verdade empírica” é formulado em nível de linguagem-objeto pelas ciências em geral (formais aplicadas e empíricas).

Para finalizar este comentário, convém apresentar, com base nesta interpretação metalinguística da *CRPu*, duas possíveis reformulações do *Quadro 6* e *7*, sobre a classificação da semântica dos conceitos, tal como vista por Loparic. A primeira reformulação metalinguística é parcial e mantém a concepção geral de Kant, conforme a interpretação de Loparic, segundo a qual se conserva, em especial, as *Teses 1* a *3*, de que a matemática, a lógica e a física são ciências puras e aplicadas, e se supõe a *CRPu* como um sistema em nível de metalinguagem. A segunda interpretação metalinguística é total e baseada na *Definição 15*, conforme a qual a própria *CRPu* de Kant é vista como um sistema em nível de linguagem-objeto a título de um modelo possível de uma estrutura sintático-semântica. Por questão didática, estes pontos serão explanados em dois tópicos separados.

A) Reformulação metalinguística parcial da interpretação de Loparic e Kant sobre a semântica dos conceitos. Conforme a suposição da *CRPu* como um

possível sistema em nível de metalinguagem, pode-se dizer que ela é suposta como um sistema que contém as condições de possibilidade gerais para a definição do conceito de verdade transcendental mediante o qual é possível definir o conceito de verdade nas ciências formais e empíricas em geral, a saber, respectivamente, o conceito de verdade formal ou lógica (p. ex., na matemática e na lógica) e o conceito de verdade empírica (p. ex., na física). O *Quadro 12*, abaixo, resume esta concepção metalinguística da *CRPu* de Kant:



Quadro 12

Reformulação metalinguística parcial do *Quadro 6-7*, de Loparic, acerca da semântica dos conceitos, baseada na suposição da *CRPu* de Kant em nível de metalinguagem, e das demais ciências em nível de linguagem-objeto.

O *Quadro 12* reproduz, em linhas gerais, do ponto de vista metalinguístico, a concepção de Kant e Loparic sobre a posição da *CRPu* em relação as demais ciências formais e empíricas em geral, tanto não interpretadas como não interpretadas, isto é, puras e aplicadas. Conforme mostra o *Quadro 12*, a semântica dos conceitos é dividida em dois níveis de linguagem. Em primeiro lugar, no nível da semântica formulada em metalinguagem encontra-se a semântica transcendental, cujo sistema é dado, por hipótese e em linhas gerais, pela *Crítica da razão pura* de Kant. Em segundo lugar, no nível da semântica elaborada em nível de linguagem-objeto tem-se uma divisão em duas partes: de um lado, a semântica dos conceitos não interpretados (ou não preenchíveis), a qual é

constituída por duas classes: a classe das ciências formais e empíricas puras e das metafísicas puras; de outro, a semântica interpretada (ou preenchível), a qual é formada por três classes: das ciências formais e empíricas aplicadas, das metafísicas transcendentais e do senso comum e sensações.

Embora o *Quadro 12* exprima, em termos metalinguísticos, a visão geral de Kant e Loparic sobre a relação da *CRPu* às ciências formais e empíricas quanto ao conceito de verdade em geral (i. e., verdade transcendental, formal e empírica), é possível se fazer ao menos duas críticas sobre tal concepção, uma de caráter lógico e outra de caráter metalógico, embora ambas sejam apenas esboçadas aqui, mas não suficientemente desenvolvidas, por questão de delimitação do tema.

De um lado, quanto à crítica de natureza lógica, ela decorre do fato de que a suposição da semântica transcendental de Kant em nível de metalinguagem rivaliza, atualmente, com a concepção da semântica lógica de Tarski, cuja construção foi feita também em nível de metalinguagem. Convém notar que esta é uma situação bastante diferente ao comparar-se a *CRPu* com a lógica de Aristóteles, pois esta não foi elaborada em nível metalinguístico, de modo que os conceitos puros (categorias transcendentais) daquela filosofia teórica podem ser vistos, sem problemas, em nível metalinguístico, os quais possuem a propriedade de deduzirem os conceitos puros (categorias lógicas) desta lógica – tal como supõe Kant na própria *CRPu* (§§ 9-10). Porém, quando duas semânticas são concebidas, simultaneamente, em nível de metalinguagem – tal como é a suposição da semântica transcendental de Kant e o caso da semântica lógica de Tarski –, então surge o problema de se estabelecer a correta relação entre ambas. Quanto a este problema, há duas possibilidades de interpretação, conforme se considere uma em relação a outra em nível de linguagem superior ou inferior. Na perspectiva dos filósofos, pode-se talvez considerar a semântica transcendental de Kant como uma metalinguagem de nível superior em relação a própria semântica metalinguística de Tarski, o que significa, em sentido mais rigoroso, afirmar que a *CRPu* é um sistema definido em nível de meta-metalinguagem em relação à semântica de Tarski definida em nível de metalinguagem – portanto, a *CRPu* de Kant está, neste caso, em um nível de metalinguagem acima da própria semântica metalinguística de Tarski. Porém, do ponto de vista dos lógicos, é possível conceber esta relação metalinguística de modo inverso, isto é, pela suposição de que a semântica lógica de Tarski é posta em nível de meta-metalinguagem em relação à semântica metalinguística da *CRPu*, de modo a semântica lógica de Tarski está situada em um nível

metalinguístico superior ao próprio nível metalinguístico da semântica transcendental de Kant. Embora a primeira alternativa possa talvez obter uma maior simpatia dos estudiosos de Kant, porém a segunda alternativa pode ser defendida contra ele com o acréscimo da crítica metalógica, a seguir.

De outro lado, quanto à crítica de natureza metalógica, os lógicos concluíram, a partir dos trabalhos metalógicos de Gödel [1931] sobre a incompletude dos sistemas lógicos que pretendiam axiomatizar a aritmética, que é impossível a construção de um sistema lógico completo para deduzir todos os teoremas da aritmética, cuja concepção deste empreendimento ficou conhecida como *logicismo*²⁶. Apesar disso, encontram-se kantianos que compreendem positivamente esta crítica metalógica de Gödel como uma espécie de vitória de Kant sobre os logicistas, uma vez que ela impede, indiretamente, a suposição da lógica como um sistema metalinguístico superior à aritmética e, em particular, à própria *CRPu* de Kant, de modo que proíbe que os conceitos desta sejam dedutíveis daquele (Loparic, 2000, p. 246; Hanna, 2005, p. 240). Todavia, esta aparente vantagem de Kant sobre um suposto fracasso dos logicistas pode ser facilmente questionada por uma análise mais ampla acerca das implicações dos teoremas da incompletude de Gödel sobre o próprio sistema teórico deste filósofo. Com efeito, por uma parte, sabe que Kant é dogmático e pretencioso ao afirmar – problematicamente – a *completude* dos conceitos e princípios do seu sistema teórico por meio dos quais são dedutíveis os conceitos e princípios das ciências em geral, formais e empíricas²⁷. Por outra parte, e por conta disso, é facilmente extensível ao sistema teórico da *CRPu* de Kant as críticas similares de Gödel feita aos logicistas, a saber: do mesmo modo que é impossível a construção de um sistema lógico completo para deduzir o sistema da aritmética, é igualmente impossível a construção de um sistema transcendental completo para deduzir o sistema da lógica e da aritmética²⁸. Dito de modo interrogativo, eis a questão que todo kantiano pode sinceramente se perguntar e tentar responder em nível metateórico: se a lógica é incompleta para fundar a aritmética, como pode a *CRPu* ser um sistema transcendental completo para fundar tanto a lógica como a aritmética?²⁹

²⁶Sobre este assunto, consultar: Newman, *Prova de Gödel*, 1973; Goldstein, *Incompletude: a prova e o paradoxo de Kurt Gödel*, 2008.

²⁷Sobre o problema da completude do sistema da *CRPu* de Kant, consultar Souza, 2015.

²⁸Como argumenta Lorenzo: “Uma volta a Kant [...] permite reconhecer, por sua vez, que o dito intento de fundamentação definitiva, de uma vez e para sempre, e no que coincidem desde Kant a Frege, com Russell, Hilbert e Brouwer..., carece de sentido” (1992, p. 177).

²⁹Este problema metateórico pode ser facilmente aplicado a outros sistemas filosóficos com pretensões de completude absoluta, tais como os de Platão, Aristóteles, Espinosa, Hegel etc.

Em certo sentido, como tais reflexões de natureza metalógica sobre a incompletude de sistemas teóricos eram inexistentes à época de Kant, então pode-se dizer que a sua concepção de sistema transcendental se encontra ainda em um nível pré-crítico quanto a tais problemas metateóricos. Se Kant tivesse o conhecimento destas reflexões metateóricas, talvez ele tivesse que formular, antes do problema geral da *CRPu*, uma pergunta sobre as condições de possibilidade da construção metateórica de um sistema transcendental, cuja formulação poderia ser a seguinte: “como é possível a construção de um sistema transcendental completo para responder a questão: ‘como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?’?”³⁰ Em outras palavras: como é possível a construção de um sistema transcendental completo para definir as condições de possibilidade de todo conhecimento em geral – ou, de modo particular, todo conhecimento científico em geral, tal como é o caso da *CRPu* de Kant? O esboço de uma resposta para tal problema levantado pode ser visto na reformulação completa da semântica dos conceitos de Loparic e Kant, tal como segue, abaixo, no último tópico desta Conclusão³¹.

B) Reformulação total da interpretação de Loparic e Kant sobre a semântica dos conceitos. Conforme esta última interpretação aqui proposta, a concepção da *CRPu* é vista como um possível sistema em nível de linguagem-objeto, tendo por base as *Teses 1-3* e a *Definição 14*, sendo concebida como uma determinada estrutura sintático-semântica possível dentre outras, a partir da qual é possível se definir as condições de possibilidade das ciências naturais, em particular. Como nesta interpretação a *CRPu* é concebida em nível de linguagem-objeto (e não mais em metalinguagem), então outra linguagem superior a ela deve ser definida em nível de metalinguagem, cuja pressuposição, neste caso, equivale a uma estrutura sintático-semântica em geral, a partir da qual são dedutíveis diversos casos particulares de estruturas sintático-semânticas, incluindo a própria *CRPu* e o seu sujeito transcendental.

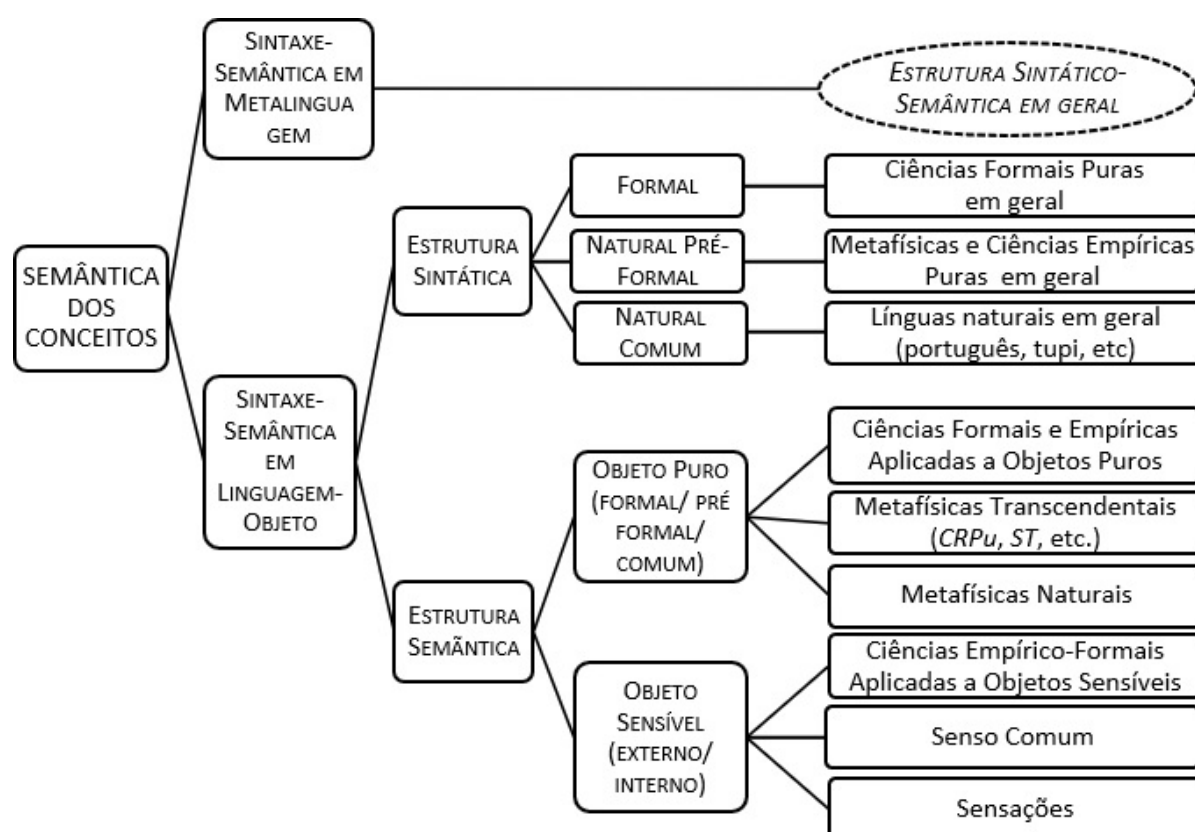
Tal estrutura sintático-semântica mais geral, definida em metalinguagem, é ampla o suficiente para conter vários sistemas sintáticos-semânticos particu-

³⁰Esta frase tem dois sinais de interrogação: uma interrogação em linguagem-objeto, após a aspas simples (‘), para indicar o problema da *CRPu*, e a outra interrogação em metalinguagem, após a aspas dupla (“), para indicar o problema geral metateórico.

³¹É possível uma demonstração rigorosa da incompletude do sistema transcendental da *CRPu* de Kant, por meio da sua formalização e da posterior aplicação dos teoremas da incompletude Gödel sobre ele. Porém, este empreendimento, embora recomendável, extrapola os limites de espaço e tempo deste trabalho.

lares, porém ela não deduz *todos* os sistemas sintáticos-semânticos possíveis. A fim de caracterizar melhor esta estrutura sintático-semântica em geral pode-se dizer que se trata de uma estrutura sintático-semântica de um ser racional e sensível, finito e dotado de linguagem, cuja formulação foi dada mediante a *Definição 14*, acima. Esta definição é propositadamente ampla para incluir as estruturas sintático-semânticas exprimíveis em uma linguagem, tal como o sujeito transcendental de Kant, o *dasein* de Heidegger, o senso comum, as sensações etc. Porém, ela não é ampla o suficiente para incluir determinadas estruturas sintático-semânticas especiais ou limites, tais como por exemplo: as de um ser racional infinito; um ser racional finito e não sensível; um ser finito, sensível e sem linguagem; um ser finito não sensível e sem linguagem; etc.,

Abaixo, o *Quadro 13* resume a reformulação completa da semântica dos conceitos de Loparic e Kant, mediante a pressuposição da estrutura sintático-semântica (*Definição 14*) em metalinguagem, e da *CRPu* de Kant em linguagem-objeto:



Quadro 13

Reformulação metalinguística total e crítica do *Quadro 6-7*, de Loparic, acerca da semântica dos conceitos, baseada na suposição da *CRPu* de Kant em nível de linguagem-objeto, assim como as demais ciências em geral.

Inicialmente, o *Quadro 13* mostra, de um lado, que é definida, em nível de metalinguagem, uma estrutura sintático-semântica em geral de um ser racional-sensível, finito e linguístico (dada por condições gerais na *Definição 14*). De outro, ele indica que é definida, em nível de linguagem-objeto, uma classe particular de estruturas sintático-semânticas (dada por condições específicas na *Definição 14*). Posteriormente, o *Quadro 13* mostra, conforme as *Teses 1-5*, nas nove últimas subdivisões (à direita) da estrutura sintático-semântica em linguagem-objeto, quais são, separadamente, os seus principais componentes ou estruturas sintáticas e semânticas, cuja explicação geral destas partes pode ser feita como segue.

De um lado, a estrutura sintática (linguagem-objeto) é formada pela classe das três principais formas de linguagem (formal, natural pré-formal, natural comum), cuja sintaxe de cada uma delas é exemplificada, respectivamente, nas seguintes linguagens: (i) formais puras em geral (lógica e matemática), (ii) linguagens das metafísicas puras (monadologia etc.) e das ciências empíricas puras em geral (física pura etc.) e, (iii) linguagens naturais em geral (português, tupi etc.). De outro lado, a estrutura semântica (linguagem-objeto) é dividida em duas partes principais: (i) os objetos puros (formais, pré-formais e comuns) e (ii) os objetos sensíveis (internos e externos), as quais servem em geral de referência para aquelas três formas de linguagens dadas na estrutura sintática – sendo cada classe destes dois objetos subdivididos em três partes. A classe dos objetos puros são apenas objetos de linguagem ou simbólicos, triplamente divididos em conformidade às linguagens que produzem tais espécies de objetos, a saber: (a) os objetos puros das linguagens das ciências formais (os construtos lógicos e matemáticos) e os objetos puros das ciências empíricas baseados em tais construtos com validade apenas formal; (b) os objetos puros das metafísicas transcendentais (o sujeito transcendental de Kant e o *dasein* de Heidegger); (b) os objetos puros das metafísicas naturais (senso comum). Por fim, a classe dos objetos sensíveis é formada pelos objetos internos e externos em geral e foi também triplamente dividida, a saber: (i) os objetos sensíveis externos das ciências empíricas em geral (física, química, neurociência, etc.); (ii) os objetos sensíveis externos do senso comum em geral; (iii) os objetos sensíveis internos das sensações (*qualia*).

O *Quadro 13* permite também obter uma melhor compreensão acerca da principal divisão da semântica dos conceitos, feita por Loparic, entre a semântica dos conceitos não preenchíveis (vazia) e a semântica dos conceitos preenchíveis (cheia), as quais são vistas aqui, respectivamente, como a semântica

dos conceitos não interpretados (vazia) e a semântica dos conceitos interpretados (cheio). Ambas têm em comum o fato de pressuporem, de um lado, o uso de uma das três formas básicas do componente sintático (a linguagem formal, pré-formal e comum) e, de outro, a referência delas nos objetos em geral do componente semântico (puros e sensíveis). A diferença entre elas é que a semântica não interpretada é uma semântica pura à medida que os seus referentes é a classe objetos puros, dados apenas como objetos linguísticos ou simbólicos; por sua vez, a semântica interpretada é uma semântica empírica, na medida em que seus referentes é a classe dos objetos sensíveis e concretos.

Por essa razão, todas as linguagens do componente sintático (formal, pré-formal e comum) podem ter como referentes tanto objetos puros (formal, pré-formal e comum) como objetos sensíveis (externo e interno), sendo assim denominadas, respectivamente, como semânticas não interpretadas e semânticas interpretadas. Como exemplos de semânticas não interpretadas, definidas pela aplicação do componente sintático sobre o componente semântico dos objetos puros, têm-se os construtos lógicos e matemáticos, os objetos puros das metafísicas filosóficas e naturais, os objetos puros ou especulativos das ciências empíricas, os objetos puros das ciências humanas). Como exemplos de semânticas interpretadas, definidas mediante a aplicação do componente sintático sobre o componente semântico dos objetos sensíveis externos têm-se as ciências empíricas e formais aplicadas, o senso comum e as sensações.

Tendo em vista a preocupação de Kant em investigar a possibilidade de a metafísica tornar-se uma ciência mediante o uso do método analítico-sintético usado pelas ciências em geral (matemática e física) (KrV, B XV-XVI), pode-se oferecer uma resposta alternativa com base na *Definição 14* e *Quadro 13*. Todas as metafísicas em geral (dogmáticas, transcendentais, naturais) são semânticas não interpretadas à medida que têm como componente sintático linguagens naturais pré-formais ou naturais comuns e como componente semântico objetos puros, quer naturais pré-formais quer naturais comuns. Portanto, no melhor dos casos, as metafísicas podem ser consideradas como ciências puras pré-formais em sentido fraco (mediante objetos puros pré-formais), mas não podem ser confundidas sequer como ciências formais em sentido fraco, pois não elaboram seus conceitos mediante construtos (i. e., objetos puros formais). Em particular, a metafísica transcendental de Kant pode ser vista como uma ciência pura pré-formal apenas em sentido fraco e indireto, na medida em que estabelece as condições gerais da verdade transcendental sem construtos. Deste modo, a metafísica em geral permanece como uma semântica não interpretada,

definida fora do conceito de uma ciência pura em sentido fraco, à medida que seus objetos não são construídos em qualquer linguagem formal – p. ex., da matemática e da lógica. Todavia, esta situação da metafísica em geral não é estática ou definitiva, pois ela pode, em princípio, transformar o seu estatuto não científico em científico mediante o conceito de uma ciência pura – com o mesmo estatuto das ciências formais e empíricas não interpretadas – desde que satisfaça a mesma condição formal destas últimas, a saber, a representação dos seus objetos em uma linguagem formal adequada por meio de construtos lógicos e matemáticos. Caso a metafísica realize tal tarefa, então seus objetos serão construídos de forma necessária, porém não interpretada, embora tenham, em princípio, a possibilidade de serem interpretados no futuro. Nesta perspectiva, a solução para os metafísicos formularem uma ciência pura é a elaboração das suas concepções mediante os construtos da lógica e da matemática³².

Para finalizar este trabalho, pode-se dizer que, de acordo com a *Definição 14* e o *Quadro 13*, embora a *CRPu* de Kant possa ser vista, em rigor, como uma ciência pré-formal fraca – pois expressa em linguagem natural pré-formal aplicada aos objetos puros pré-formais –, há, no entanto, a possibilidade de concebê-la como uma ciência formal em sentido fraco – semelhante à lógica e à matemática como ciências puras não interpretadas – mediante a suposição da sua semântica transcendental em termos de uma teoria das classes – dada pela expressão geral: $Sx: Cx \rightarrow Dx$ (*Definição 1*) –, tal como a aqui proposta com base na recepção crítica da obra prima de Loparic. Como se viu, esta expressão formal da semântica em geral pode ser formulada mediante o conceito de estrutura sintático-semântica, dada na *Definição 14*, de modo nela incluir a semântica transcendental como uma de suas possibilidades.

Referências

- AGOSTINHO, S. Confissões. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984.
ARISTÓTELES. *Física*: Libros III-IV. Buenos Aires: Ed. Biblos, 1995.
BLANCHÉ, R. *História da lógica de Aristóteles a Bertrand Russell*. Lisboa: Ed. 70, 1985.
COHEN, H. *La théorie kantienne de l'expérience*. Paris: Ed. CERF, 2001.
DA COSTA, Newton e KRAUSE, Décio. *O que é lógica*. Fundamento, Florianópolis, n. 10, p. 11-19, Jan. 2015, 2015.
EVES, H. (2004). *Introdução à história da matemática*. Campinas: Ed. UNICAMP.

³²Em certo sentido, esta perspectiva está de acordo com a visão de Kant, pois este declara que tanto a teoria particular da natureza (física) como a teoria geral da natureza (metafísica transcendental) devem satisfazer o conceito de ciência pura à medida que forem formuladas por meio de construtos formais, sendo que a elaboração desta última teoria foi realizada por ele em linguagem pré-formal, nos *Princípios*, e cuja formalização ele recomenda ser feita no futuro (*Princ.*, A 9, 10, 12, 23). Em suas palavras: “Neste tratado, imitei o método matemático, se bem que de nenhum modo o tenha seguido com todo o rigor (para tal ter-se-ia exigido mais tempo do que aquela que eu tinha de empregar) [...], porque um tal sistema é dela bem capaz e poderá, com o tempo, alcançar essa perfeição de uma mão mais hábil” (*Princ.*, A 23).

- FEITOSA PAULO VICH. *Um prelúdio à lógica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. Cultrix/EDUSP, 1978 [1892].
- GENSLER, H. *Introdução à lógica*. São Paulo: Ed. Paulus, 2016.
- GOLDSTEIN, R. *Incompleteness: a proof and the paradox of Kurt Gödel*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008.
- HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- HANNA, R. *Kant e os fundamentos da filosofia analítica*. São Leopoldo (RS): ED. Unisinos, 2005.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2014.
- _____. *Kant y el problema de la metafísica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. (1989). São Paulo: Ed. Nova Cultural (Col. Os Pensadores), 1989.
- _____. *Tratado da natureza humana*, São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- KANT, I. *Gesammelten Werken der Akademie Ausgabe aus den Bänden 1-23* (Elektronische Edition). Band III: Kritik der reinen Vernunft (2. Aufl. 1787). Band IV: Kritik der reinen Vernunft (1. Aufl. 1781), Prolegomena und Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft (1786). Band IX: Logik (1800). Band X: Briefwechsel (2. Aufl. 1747-1788). Seit 2008 in: <http://kant.korpora.org/>.
- _____. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Ed. Nova Cultural. (Os Pensadores), 1980.
- _____. *Crítica da razão pura*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2012.
- _____. *Kritik der reinen Vernunft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.
- _____. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- _____. *Lógica*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1992.
- LOCKE, J. São Paulo: Ed. Nova Cultural. (Os Pensadores), 1988.
- LOPARIC, Z. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- _____. Heurística kantiana. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Campinas: UNICAMP, pp. 73-89, 1983.
- LORENZO, J. *Kant y la matemática: el uso constructivo de la razón pura*. Madrid: Ed. Tecnos, 1992.
- LUKASIEWICZ, J. *La silogística de Aristóteles: desde el punto de vista de la lógica formal moderna*. Madrid: Ed. Tecnos, 1977 [1954].
- MORTARI, C. *Introdução à lógica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- NAGEL, E. *Prova de Gödel*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. Lisboa: Ed. 70, 2018.
- QUINE, W. *Filosofia da Lógica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972.
- RYLE, G. *Formal and informal logic*. (In: Dilemmas). United Kingdom: Cambridge Univ. Press, 1954.
- SHANNON, C. *A symbolic analysis of relay and switching circuits* (e-version). 72 f. Dissertation (Master of Science) – Massachusetts Institute Technology, Cambridge (EUA). In: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/11173>, 1936.
- SOUZA, L. *As interpretações de Cohen e Heidegger sobre a 'Crítica da razão pura' de Kant*. (2007). Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- _____. A semântica em Kant, Loparic e Tarski. In: I Colóquio Kant e o Kantismo, 2009, Belém. [Anais eletrônicos do I Colóquio Kant e o Kantismo]. Belém: UFPA, pp. 1-16. CD-ROM. In: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/docente/producao.jsf?siape=1152682>, 2011.
- _____. A concepção de sistema em Kant e Fichte. *Studia Kantiana*, Santa Maria (RS), Nº 18, pp. 112-133, Jul-Dez 2015. Disponível em: <http://www.sociedadekant.org/studiakantiana/index.php/sk/article/view/208/18>, 2015.
- _____. *Notas sobre a Estética Transcendental de Kant: intuição e aparecimento, forma e matéria*. Série 2, Vol. 12, Nº 2 (especial), pp. 68-113, Mai-Ago., 2017.
- _____. Problemas lógicos das refutações do idealismo e das antinomias de Kant: sorites, petição de princípio e construtivismo. In: SOUZA, Jovelina (Org.). *Dossiê de Pesquisa do PPGFIL-UFPA*. Curitiba: Ed. CRV, pp. 121-139, 2021.
- STRAWSON, P. *The bounds of sense*. London New York: Ed. Methuen, 1973.
- TARSKI, A. *O conceito de verdade nas linguagens formalizadas*. In: A concepção semântica da verdade. São Paulo: Ed. UNESP, 2007 [1931].
- _____. Verdade e demonstração. In: *A concepção semântica da verdade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007 [1969].
- TEIXEIRA, J. *Mente, cérebro e cognição*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2000.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Ed. USP, 1994.

Recebido: 17/06/2022

Aprovado: 10/08/2022

Publicado: 31/08/2022

